



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS **2024**





ÍNDICE

1 SÚMULA DA EXECUÇÃO.....	5
2 ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	10
3 AÇÕES REALIZADAS	13
3.1 ÁREA DA COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL.....	13
3.1.1 LAR DE IDOSOS – ERPI	13
3.1.2.1 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO - SAD	19
3.1.2.2 CENTRO DE DIA SEDE E SECARIAS	23
3.1.3 CATL AAAP SAI.....	27
3.1.4 CANTINAS SOCIAIS.....	28
3.1.5 CANDIDATURAS APRESENTADAS - PRR	30
3.2 ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE / E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS	31
3.2.1 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE	32
3.2.2 UNIDADE DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO	37
3.2.3 HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS	38
3.3 A COMARCA DE ARGANIL	39
3.4 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS	39
3.5 ORGANIZAÇÃO / PARTICIPAÇÃO DA MISERICÓRDIA EM EVENTOS	41
3.6 PARCERIAS	51
3.7 MANUTENÇÃO, REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS E MELHORIAS	53
3.8 PROJETO “CASA COMVIDA (r)”	55
3.9 ATIVIDADES DIVERSAS PARA UTENTES	56
3.10 RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO.....	57
3.11 AÇÕES JUDICIAIS E PROCESSOS.....	59
4 CONTAS.....	65
4.1 RENDIMENTOS.....	66
4.2 GASTOS.....	68
4.3 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (RLE).....	70
4.3.1 RESULTADO DO EXERCÍCIO – PASSIVO / ATIVO	71
4.4 QUADRO/MAPA DE INVESTIMENTOS.....	72
5 CONCLUSÃO	74
ANEXO AO BALANÇO	79



1 | SÚMULA DA EXECUÇÃO

Mais um ano que findou no já longo percurso existencial da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, marcado pelas permanentes dificuldades que o contexto tem proporcionado a esta vetusta Instituição.

Em bom rigor, os tempos têm sido de constantes dificuldades que são transversais a todo o Sector Cooperativo e Social e que os anúncios, mais ou menos bem-intencionados, de que estamos perante uma recuperação no campo da Cooperação entre Estado e Instituições de Solidariedade, pouca, ou nenhuma, consequência efetiva têm produzido.

A propalada atualização dos valores de comparticipação do Estado dedicada às respostas sociais, com o intuito de atingir os 50% de custos de funcionamento, **não tem passado de uma miragem, com o fosso a agravar-se**, apesar das enormes ilusões criadas, inclusive com o patrocínio da liderança do Secretariado Nacional da UMP, sobre a sua concretização.

Os custos operacionais no seio das Instituições do Setor Social são galopantes, muito impulsionados pelos **gastos com os Recursos Humanos** que não têm idêntica correspondência nas comparticipações, sejam elas dos Acordos de Cooperação, sejam elas das famílias.

Neste particular, realce para a atualização do SMN em 2024, passando de 760€ do ano anterior (2023), para os 820€, o que representou um **crescimento de mais 7,9%**.

Apesar do aumento nominal ser de 60€/mês, a este valor foram acrescidos os encargos para a Segurança Social (22,3%), assim como seguros de trabalho, encargos com feriados e subsídios de férias e natal, assim como o valor das horas noturnas.

Simultaneamente, a aplicação das tabelas remuneratórias de valores de referência mínimos, negociados entre a UMP e os Sindicatos, genericamente superiores ao valor do SMN, não é um fator displicente, ou menor, na componente das despesas com salários, já para não falar da aplicação do **acordo da Concertação Social que indicou uma atualização de 5%**, e que a Misericórdia procurou implementar nos salários não abrangidos/atualizados pelos instrumentos anteriores.

Considerando que a política de remunerações é essencial ao bem-estar dos recursos humanos no seio de qualquer organização que cuida de pessoas, em face do desgaste que essa função representa, não podemos deixar de realçar que também ao Estado se exige um esforço no apoio ao funcionamento das Instituições de Solidariedade, pelo menos, na mesma ordem de grandeza.



E com efeito, aos 7,9% de atualização do SMN, outros custos são acrescidos e que decorrem enormemente do crescente e exponencial nível de exigências que resultam de legislação e regulamentação, muitas das vezes desfasada da realidade económica e social do País, a par das despesas com aquisição de serviços, produtos alimentares, combustíveis e energia, entre vários.

Nesse particular podemos afirmar que, de acordo com os valores recentemente avançados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), **a taxa de inflação terá atingido, em 2024, o valor de 2,4%**, apesar de em áreas como os produtos alimentares e os serviços, esse montante foi mais expressivo.

Sabendo-se que os custos com pessoal não se refletem de imediato no valor das mensalidades e comparticipações, por força da regulamentação existente no âmbito da Cooperação com o parceiro Estado, podemos, e devemos, referir que **os custos no funcionamento das Instituições do Setor Social, representaram um potencial de crescimento na ordem dos 10,3%**, isto no ano transato.

Já em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) o Banco de Portugal avançou com **um valor de 1,9% para o ano de 2024**, o que, apesar de ter sido superior à média da zona euro (0,7%), não deixa de ser preocupante no que à convergência diz respeito.

Por outro lado, o contexto internacional que marcou o último exercício ficou marcado pela **continuidade dos conflitos internacionais**, quer no continente europeu, com a guerra na Ucrânia resultante da invasão pela Federação Russa, e quer no médio oriente com o conflito Israelo-palestiniano, que, em determinado momento, pareceu querer alargar-se a outras zonas da Região.

A fechar o ano de 2024, houve ainda tempo para a realização das **eleições nos Estados Unidos da América (EUA)**, o que não deixou de suscitar algumas variações internacionais com impacto nos mercados fornecedores de matérias-primas, assim como nos serviços transacionáveis, face à incerteza do desfecho das referidas eleições.

A par desse contexto sinteticamente descrito nas linhas anteriores, a Instituição debateu-se ainda com algumas perdas significativas no seio da sua estrutura operacional e associativa, com destaque para **o falecimento, no dia 21 de Janeiro, do Prof. José Dias Coimbra**, Provedor ao longo dos últimos 40 anos e, à data, Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

O desaparecimento dessa figura crucial da vida da Instituição foi significativa, não apenas pelo que representava no seio da Misericórdia, mas de igual modo pelo capital humano que reunia para o desenvolvimento da Instituição.



Razão pela qual, ainda no decurso do exercício anterior, a Assembleia Geral, sob proposta da Mesa Administrativa, deliberou, por unanimidade, **conferir o título de Benemérito** da Instituição, passando a sua imagem, no dia 29 de Novembro de 2024, a ocupar lugar de destaque na galeria dos notáveis que se perfilam no Salão Nobre da Instituição.



(Foto n.º 1: Prof. José Dias Coimbra – Óbito a 21 de janeiro de 2024)

De igual modo, foi constituída a **Sala de Reuniões Prof. José Dias Coimbra**, onde o seu espólio pessoal relativo à sua vivência e dedicação à Misericórdia está exposto.

Ainda na sequência do falecimento do “Provedor”, a Instituição procedeu à apresentação, por dois momentos, do livro com o título - *Um orgulho desmedido*.

O primeiro teve lugar na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), com a colaboração da mesma, isto no dia 6 de Julho, tendo participado inúmeras personalidades da vida cultural, associativa e académica da cidade de Coimbra, contando ainda com a presença de Luís Marques Mendes e cabendo a este a apresentação da obra.

O segundo momento teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Arganil, no dia 7 de Setembro, feriado Municipal, onde marcaram presença diversas personalidades arganilenses, designadamente os ex-presidentes de Câmara, Ricardo Pereira Alves e Rui Silva, o Presidente do Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas, António Sérgio Martins e o atual Presidente da Câmara Municipal, Luís Paulo Costa.

Outra perda humana que marcou a Instituição foi o óbito, no dia 22 de Abril do Dr. Francisco da Costa (François), diretor clínico da Misericórdia, nomeadamente do Hospital Dr. Fernando Valle – Unidade de Cuidados Continuados.

Também no ano da sua partida, a Misericórdia não quis deixar de marcar a passagem desse ilustre clínico pelos seus serviços, realizando, naquele que seria o dia do seu aniversário – 13 de Agosto, um momento mais íntimo, juntando Órgãos Sociais, colaboradores, família, amigos, e representantes da autarquia, para descerrar um “Memorial” no espaço da receção da Unidade de Cuidados Continuados.



(Foto n.º 2: “Memorial” ao Dr. Francisco Costa)

Contudo, e porque a Misericórdia é uma *“Instituição com memória e futuro”*, e por isso resistente e resiliente, não baixou os braços e deu continuidade à sua ação, até porque é através desta que poderá honrar a memória dos que partiram e serviram a sua causa.

Nesse objetivo de manutenção da sua atividade, realizou diversas iniciativas, com destaque para a celebração do **Centenário da Trasladação da Condessa das Canas**, a evocação do Dr. Fernando Valle, a homenagem ao Eng. Fernando Valle (neto), a realização das tradicionais festividades em Honra de Santa Isabel e a procissão do Senhor dos Passos, entre outras.

Outro aspeto que a Instituição não pode deixar de assinalar foi a **aprovação e participação pela sua Mesa Administrativa, de um voto de pesar** pelo falecimento de familiar (mãe – D. Adelina Órfão de Nascimento) de Sua Excelência Reverendíssima o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes.

No campo da sua atuação junto da comunidade, assegurou a **continuidade do Programa de Emergência Alimentar, através das Cantinas Sociais**, o funcionamento de todos os seus equipamentos e respostas sociais, assim como o apoio e patrocínio de atividades de reconhecimento do mérito escolar.

Ainda no âmbito das respostas sociais, destaque para o **requerimento do complemento por demência**, destinado a vários utentes da Instituição, especialmente da resposta social de ERPI.

Procedeu à **instalação do sistema de Painéis fotovoltaicos**, e deu continuidade à higienização de vários espaços do Complexo Social, designadamente da sala de arquivo técnico e casas de banho.

Preparou **nova candidatura ao PRR**, relativa ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas, uma vez que a inicial não foi aprovada, e entregou em Março candidatura ao Programa 1º Direito, destinada à **reabilitação do Bairro da Misericórdia**.



Também no contexto das candidaturas ao PRR, finalmente a Instituição viu **aprovada a intervenção nos espaços afetos à cozinha e armazém**, tendo como pano de fundo a ampliação da capacidade de resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

No que concerne ao edifício do **Cineteatro Alves Coelho**, e apesar de terem sido realizadas várias reuniões sobre este assunto com o representante da edilidade camarária, e mesmo com as declarações públicas do atual Presidente de Câmara sobre as obras de reabilitação, proferidas no dia 7 de Setembro de 2024, **não houve qualquer comunicação para a Instituição de datas para as mesmas, ou sequer adjudicação**, situação que preocupa de sobremaneira a Misericórdia, face ao contrato existente.

Ainda assim, e não obstante as inúmeras atividades e iniciativas promovidas pela Misericórdia, não podemos deixar de referir que o ano de 2024 ficará marcado por três acontecimentos que devem ser sublinhados e que, inclusive, terão repercussões no futuro.

O primeiro prende-se com o reconhecimento pelas instâncias judiciais da razão da Misericórdia, no âmbito da ação que desencadeou contra a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), e que **culminou na respetiva condenação dessa entidade pública** no cumprimento do contrato celebrado em 1982 e relativo ao arrendamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas.

Essa sentença, já transitada em julgado, tem ainda **efeitos subsequentes** em relação à entidade que assumiu a gestão do espaço ainda ocupado pela ARSC (agora em processo de liquidação) e neste caso a Câmara Municipal de Arganil, sendo que o ano de 2024 encerrou com um montante significativo devido por esta última à Misericórdia e que continua a avolumar-se.

Depois, a questão da *Feira do Mont'Alto*, cujo figurino assumido pela autarquia **desrespeita a natureza franca da dita Feira, ao passar a cobrar as entradas na mesma**, sem que tivesse sido dado qualquer conhecimento prévio à Misericórdia, ou sequer ouvido a posição desta última, quando é esta a única e legítima proprietária desse evento secular, tendo sido apenas cedida a respetiva organização através de protocolo celebrado em 6 de Setembro de 2011.

E por fim, e ao contrário de todas as expetativas, **a decisão político-partidária de deslocalização do Centro de Saúde para a Avenida S. Pedro**, quando estavam em curso negociações entre a Misericórdia e a Câmara Municipal que indiciavam desfecho diferente e que, até à data de hoje, **ainda não ocorreu qualquer comunicação formal sobre essa decisão por parte do Presidente de Câmara**, embora esta seja do conhecimento público através de anúncios sobre aquisição de terrenos e lançamento de concurso para elaboração de projetos.



Essa última atitude, no entender da Misericórdia, em **clara violação do contrato programa celebrado em 1998**, no âmbito de cedência de terrenos para ampliação e construção do então Centro de Saúde de Arganil e cuja inauguração veio a ocorrer em 4 de Fevereiro de 2005.

Todas estas matérias terão impacto no futuro da Instituição e da comunidade, desde logo por razão dos compromissos existentes entre as partes e que terão de ser solucionados, mesmo que a Instituição tenha de recorrer às vias judiciais!

Especialmente quando a Misericórdia teve de pagamentos à banca, entre capital e juros resultantes de empréstimos contraídos, um valor mensal de cerca de 20.237€ (vinte mil, duzentos e trinta e sete euros).

Por fim, o exercício de 2024 ficou ainda marcado pelo **pagamento de montante significativo ao empreiteiro responsável pela reabilitação do antigo Hospital Condessa das Canas**, na sequência de compromisso para com esse, e cuja regularização de valores em atraso teria que ser efetuado até 31 de Dezembro do ano que findou, num montante global de 661.286,59€ (seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e oitenta e seis euros e cinquenta e nove centimos), dos quais 46.001,40€ (quarenta e seis mil, e um euros e quarenta centimos) corresponderam a juros.

Neste particular deverá ser referido, e até para memória futura, de que **a Misericórdia não recebeu, até à presente data, qualquer apoio económico para a execução das ditas obras**, fosse esse apoio decorrente de contrato com a ARSC, ou da atribuição pela autarquia de qualquer subsídio, ao contrário de outras entidades com investimentos de grandeza financeira menor.

2 | ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, é uma Instituição de direito privado, com ereção canónica, Fundada em 1647, à qual foi reconhecido o Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com a respetiva utilidade pública, regendo-se pelo Decreto de Lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro e pela Lei n.º 76/2015 de 28 de Julho.

Desenvolve a sua atividade no âmbito da Economia Social, nos termos da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, integrando a família das Misericórdias, e encontra-se registada no Livro n.º 1 das Irmandades das Misericórdias, folhas 64 e 64 verso.



Atualmente, está estruturada de acordo com três Complexos, designados de **Complexo Social**, **Complexo de Saúde** e **Complexo Desportivo e Cultural**.

No designado **Complexo Social** estão agregadas todas as respostas sociais e equipamentos cuja atuação está inserida no campo da Cooperação com o Setor Estado, especificamente associada à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, materializada através de acordos de cooperação estabelecidos com este Ministério, maioritariamente via Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP), ou o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Esses acordos de cooperação radicam nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (sede e Secarias), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e programas de apoio ao emprego e inclusão.

Ainda no caso do SAD, deve ser realçada a existência de competências no campo da ação paliativa, através da existência de uma equipa vocacionada para esse propósito da qual faz parte um médico, promovendo a prática desta intervenção em contexto domiciliário.

De igual modo, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) estão associadas à organização do Complexo Social, apesar de resultarem de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil, funcionamento no perímetro da Escola Básica de Arganil.

Também os projetos de intervenção comunitária, como é o caso das Cantinas Sociais, inseridas no Programa de Emergência Social (PES), assim como a Mata e os Jardins, estão afetos ao Complexo Social.

Estão ainda associados a esta dimensão da Instituição, os casos dos protocolos com as Instituições de Economia Social locais, ou a participação em estruturas de intervenção local, designadamente o Conselho Local de Ação Social (CLAS), o Rendimento Social de Inserção (RSI/NLI) e o Conselho Geral (CG), este último no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil.

Por seu turno, o **Complexo de Saúde**, tal como o nome sugere, encontra-se vocacionado para o desenvolvimento de respostas afetas à prestação de cuidados com predominância na órbita da saúde.

Estamos pois, a falar de equipamentos cujo funcionamento se encontra associado à celebração de contratos, acordos ou convenções, e cuja comparticipação tem o predomínio do Ministério da Saúde, diretamente, ou por intermédio da então Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-C), mais recentemente da Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULS) e do ACSS (entidade pagadora), da ADSE, Seguros entre outros.



Temos nesta situação o Hospital Dr. Fernando Valle – Unidade de Cuidados Continuados Integrados, onde estão integradas as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, assim como a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), sucedânea daquilo que foi a CLIFIARGUS.

Também o Hospital de Beneficência Condessa das Canas está enquadrado neste segmento de atuação da Instituição e que se deseja venha a ser direcionado para a componente de internamento, privilegiando uma atuação de natureza paliativa, mas sem exclusão de outras que surjam no horizonte da Misericórdia.

Já no que concerne ao Complexo Desportivo e Cultural, este é composto pelas diversas infraestruturas colocadas ao dispor da comunidade podendo, simultaneamente, ser utilizadas pela Instituição no âmbito das atividades promovidas para os seus utentes, designadamente o “Campo de Futebol Eng. Eduardo Ralha”, as “Piscinas Zé Miguel Coimbra” e o campo polivalente que lhe está associado.

Ainda nesta estrutura da Instituição está inserida A Academia Condessa das Canas, localizada na antiga Escola Adões Bermudes, sita no paço Grande, onde são promovidas diversas atividades de âmbito cultural, como o caso do Ballet, ou mesmo conferências temáticas.

Outro equipamento que integra este Complexo, apesar de cedido à Câmara Municipal de Arganil, é o Cineteatro Alves Coelho, cuja reabilitação se aguarda no âmbito do contrato celebrado com a edilidade camarária.

De igual modo, a Instituição conta com a sua Igreja, classificada como monumento de interesse municipal, e onde se encontra localizado o órgão de tubos, sendo a sua utilização efetuado no âmbito de diversas iniciativas culturais que a Misericórdia promove.

A Igreja da Misericórdia, apesar de ter a abertura ao público condicionada, acolhe aí as cerimónias religiosas da vida da Misericórdia, designadamente a Festa em Honra de Santa Isabel e do episódio da Visitação, Missas em momentos solenes da vida da Instituição, servindo como espaço fúnebre para realização das últimas exéquias a figuras preponderantes da Misericórdia.

Ainda no campo da cultura, realce para o papel do jornal **A Comarca de Arganil**, título centenário e de importância significativa na historiografia contemporânea da região, contando com mais de 124 anos de existência e que abrange concelhos como Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Vila Nova de Poiares, Penacova, Lousã e Miranda do Corvo, correspondendo assim a uma amplitude de nove (9) concelhos.



3 | AÇÕES REALIZADAS

A ação da Instituição é bastante ampla e diversificada, sendo no entanto a sua prioridade o apoio à comunidade, através do desenvolvimento de um conjunto de serviços, de acordo com as características de cada um dos Complexos que compõem a estrutura da Misericórdia.

Contudo, e como no primeiro ponto do presente documento já foi referido, as dificuldades que se colocaram ao desenvolvimento da sua Missão foram bastantes, desde logo relacionadas com o crescente aumento de custos de funcionamento, decorrentes de várias rubricas, com especial incidência ao nível de Recursos Humanos, alimentação e energia.

Desse modo, a Misericórdia procurou, como aliás é seu apanágio, flexibilizar e ajustar a sua intervenção face aos recursos disponíveis em cada momento, não se restringindo na tomada de opções, respeitando as normas aplicáveis, para que, em tempo útil pudesse “ajustar as velas ao vento” e assim continuar a navegar, mesmo que o “mar” estivesse revolto.

Passaremos nos pontos subsequentes a dar a conhecer várias das atividades realizadas ao longo do ano transato.

3.1 ÁREA DA COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SEGURANÇA SOCIAL

Uma das componentes que tem maior representatividade na vida da Misericórdia resulta da colaboração com o parceiro Estado, nomeadamente no campo da Segurança Social, onde se incluem as diversas respostas associadas ao Complexo Social, apesar de, cada vez mais, a interligação com a componente da saúde ser inevitável, assistindo-se, gradualmente, a uma incorporação desta componente na dinâmica da Instituição, tendo sido disso exemplo a contratação de um novo diretor clínico, substituindo dessa forma a perda do Dr. Francisco Costa.

3.1.1 LAR DE IDOSOS – ERPI

A atual capacidade da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) – Lar de Idosos Comendador Cruz Pereira, é de **120 utentes**, nos termos do Acordo de Cooperação celebrado em Dezembro de 2021.

Esta resposta social, destinada ao alojamento coletivo, de forma permanente, ou temporária, destina-se a cidadãos com mais de 65 anos, embora a título excecional e devidamente justificado, esse preceito possa ser ajustado, com o intuito de assegurar o desenvolvimento de um vasto leque de atividades de apoio social e prestação de cuidados, contribuindo para a manutenção da dignidade do respetivo utilizador.



O equipamento em causa comporta diversas modalidades de funcionamento no âmbito da cooperação, dividindo-se por utentes em acordo de cooperação com a Segurança Social, num total de 95, dos quais 10 integram as designadas reserva de vagas cativa, por meio das quais o Estado tem prioridade na respetiva sinalização e encaminhamento.

Importa salientar que o valor da comparticipação da Segurança Social foi de 593,60€/utente/mês/85 no âmbito do acordo de cooperação, sendo que na componente da designada reserva de vaga o montante definido foi de 1.096,49€/utente/mês/10, valor ao qual era descontado o montante da comparticipação do utente, caso houvesse lugar a ela.

Depois, tem ainda a modalidade de acolhimento nas designadas Vagas Hospitalares, no âmbito da Portaria 38-A/2023 de 2 de Fevereiro e cuja capacidade é de 6 utilizadores, sendo o valor estabelecido para esta componente de 1.400,00€, descontando-se a eventual comparticipação do utente, caso haja lugar a ela.

Por fim, existe a modalidade de frequência de utentes fora do acordo de comparticipação com a Segurança Social e poderá atingir o número de 19 utentes, sendo neste caso livre a definição do valor a cobrar.

Não obstante estes números indicados, verificou-se que o número médio de frequência/utilização desta resposta ao longo do ano de 2024, **foi de 110 utentes**, devido ao facto de que a Instituição se viu na contingência de assegurar a disponibilização de espaços/quartos de isolamento, em virtude do retorno dos Hospitais de inúmeros **utentes da Instituição infetados com diversas bactérias**, tendo inclusive a Misericórdia dado nota dessa situação junto do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra.

Esta situação é preocupante, pois é suficientemente reveladora do desconhecimento, por parte de várias estruturas na dependência do Ministério da Saúde, de qual é a natureza de uma ERPI, e das suas limitações, designadamente na componente residencial, para operar com situações desta natureza.

Felizmente, a Misericórdia conta já com uma vasta equipa de profissionais de saúde (Médico, enfermagem, e outros), assim como tem incorporado procedimentos e protocolos que lhe têm permitido mitigar estes riscos associados à infeções hospitalares.

Importa ainda destacar que, em 2024, no âmbito das medidas preconizadas para o funcionamento da ERPI, foi requerido ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2023-2024, o **complemento preconizado para as demências (140,76€)** previsto na aliena a) do n.º 3 da Cláusula XI.



Na sequência do requerimento posteriormente apresentado pela Instituição, procedeu a Segurança Social à respetiva aprovação, com efeitos a Agosto de 2024, que não deixa de ser importante para o aumento de rendimento da resposta.

Ainda neste componente do funcionamento da ERPI, importa sublinhar a insistência para a implementação da **reafecção de verbas, conforme aliás preconizado nos diversos Compromissos de Cooperação, designadamente na Cláusula XVIII, n.º 1 do documento referente a 2023-2024.**

No que se refere à caracterização da população da ERPI em 2024, podemos referir que esta resposta **apoiou um total de 150 utentes, cuja média de idades foi de 84,49 anos**, sendo que 75% (112) desses pertenciam às faixas etárias superiores a 80 anos, destacando-se 2 casos com mais de 100 anos.

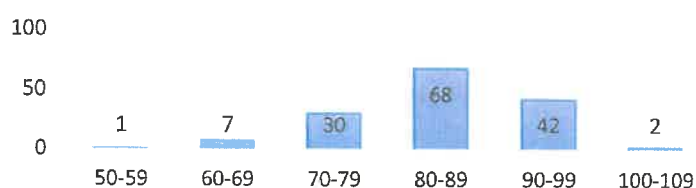


Gráfico n.º 1: Distribuição Etária

Dá-se ainda nota de que, comparativamente com 2023, não apenas se verificou o aumento da média de idades, passando de 84 para 84,49 anos, assim como **o tempo médio de permanência que avançou de 3,5 para 3,63 anos**, isto sabendo-se que os utilizadores da ERPI tendem a ser mais envelhecidos e dependentes, o que suscita novos desafios aos profissionais.

Quanto ao género, a prevalência continua a ser o feminino, com 87 mulheres presentes, correspondendo a 58% da população apoiada, cabendo aos homens 42% dos lugares que foram ocupados, ou seja, 63 elementos.

Também ao nível da longevidade o género feminino aparenta ter melhores indicadores, sendo que os 2 elementos com mais de 100 anos são duas senhoras.

■ Feminino ■ Masculino

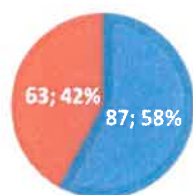


Gráfico n.º 2: Distribuição por género



Outro aspeto significativo no que à caracterização dos utentes diz respeito, e de certa forma justifica o recurso à resposta de ERPI, relaciona-se com o estado civil, o que pode indiciar um contexto de isolamento familiar, sendo que neste particular a maioria dos que recorreram a esta resposta social encontravam-se em situação de viuvez (90) ou divorciado (7), correspondendo a 64,6% do universo apoiado.

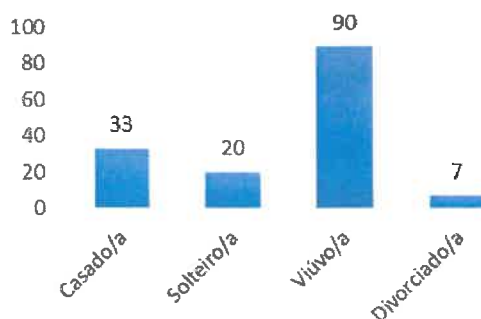


Gráfico n.º 3: Estado Civil

No que concerne à origem geográfica, constatou-se que apesar de 106 utentes serem residentes no próprio concelho de Arganil (71%), destes, apenas 31 tinham a sua morada na freguesia sede do concelho, todos os outros (75) foram oriundos de outras freguesias deste território.

Um dado que não é de somenos importância, na medida em que traduz a amplitude de atuação, não apenas da resposta social de ERPI, mas de igual modo da própria Misericórdia que se assume como organização que pensa na sua atuação numa dimensão geográfica abrangente, neste caso a todo o Concelho de Arganil.

Esse facto adquire maior protagonismo, desde logo, pela natureza das designadas vagas hospitalares que possibilitam o encaminhamento de utentes de vários pontos do País que, associadas ao funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados, no contexto do Complexo de Saúde, asseguram uma **dimensão supraconcelhia** da atuação da Instituição.

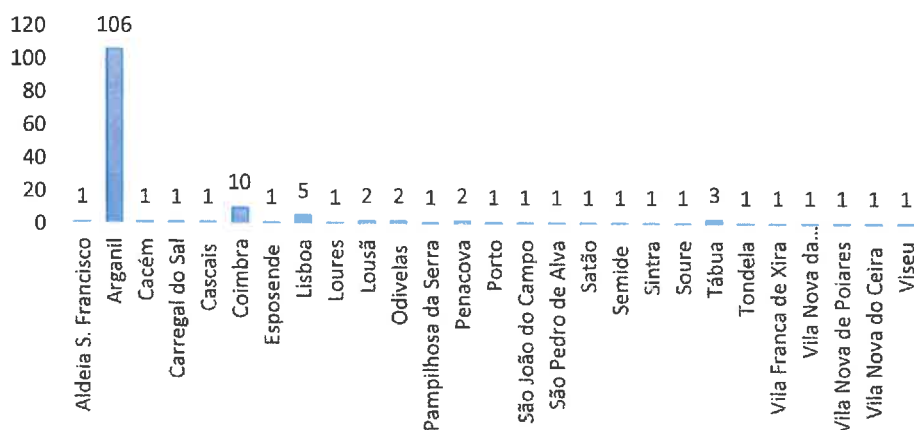


Gráfico n.º 4: Proveniência Geográfica

Quanto à questão da dependência e para avaliação desta, a equipa de intervenção, através dos seus profissionais de saúde, assegurou a aplicação do índice de Barthel, principal instrumento de avaliação, tendo concluído que 81% dos utentes apresentam algum grau de limitação à sua autonomia, o que se reflete na própria dinâmica da resposta, exigindo uma orientação da sua atividade para os indicadores obtidos na referida avaliação.

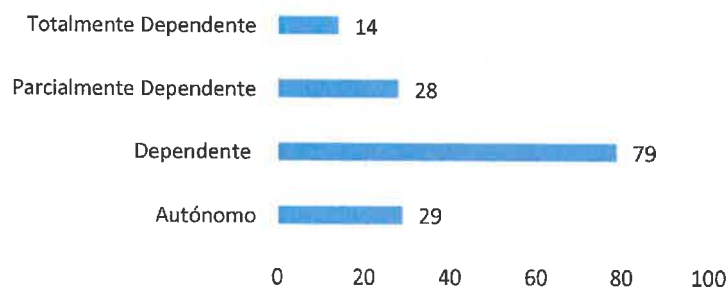


Gráfico n.º 5: Níveis de Dependência

Essa caracterização do tipo e perfil dos utentes da ERPI, onde o grau de dependência, mas de igual modo a sua caracterização psicossocial, foram essenciais para a definição do plano de intervenção junto dos mesmos, respeitando cada uma das suas características e aproveitando as diversas potencialidades.

Consequentemente, e beneficiando da existência de uma plêiade de profissionais das mais diversas áreas, assim como da partilha de recursos entre respostas sociais, foi possível quantificar-se um total de **7500 diligências**, incluindo dos profissionais de enfermagem, o que representou, em média, **50 intervenções por utente**.



3.1.2 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE DIA

Integrados no Complexo Social, e funcionando de forma acoplada à estrutura de ERPI – Lar de Idosos, temos as respostas de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (Sede e Secarias), sendo que em relação à primeira a **capacidade instalada é de 40 utentes** e nas segundas, Centro de Dia Sede e Centro de Dia Secarias, o limite de resposta são, respetivamente, **50 e 41 utentes**.

Existindo no seio da Misericórdia, de alguns anos a esta parte, a noção de que se torna importante promover a continuidade dos cidadãos em contexto das respetivas comunidades e famílias, não foi difícil identificar-se como estratégico o reforço da capacidade de resposta, quer em serviços e quer em número de utentes, do SAD.

Razão pela qual temos vindo a assistir, primeiro ao alargamento dessa capacidade de funcionamento, passando de 30 para 40 utentes apoiados, e depois ao tipo de serviços prestados, cada vez mais abrangentes e especializados.

A última década foi assim marcada pela aposta da Instituição na promoção da resposta domiciliária, **reforçando-a com mais oferta nos cuidados prestados**, passando a incluir cuidados de saúde (enfermagem), teleassistência, funcionamento todos os dias da semana, reforço dos recursos humanos, entre outros aspetos.

Esse investimento, contudo, **não tem tido o retorno e reconhecimento económico da parte da tutela**, pois se em 2021 se verificou o aumento da capacidade da resposta, esta não foi acompanhada pelo alargamento de número de utentes participados que se mantém nos 25, apesar da capacidade autorizada ser, atualmente, de 40.

Não obstante tal, a Instituição tem vindo a implementar novas soluções, designadamente no campo da ação paliativa, assegurando uma diferenciação do serviço, contando para isso com a colaboração, em regime de prestação de serviços, de um médico ligado ao IPO de Coimbra.

Por outro lado, o ano de 2024 ficou marcado pela aprovação, finalmente, de uma candidatura visando a ampliação do SAD, através da intervenção numa das áreas mais premente para o funcionamento desta resposta social, neste caso cozinha, armazém e espaço de apoio.

A **aprovação da candidatura submetida em 23 de Abril de 2024**, e com a referência PRR-RE-C03-i01-11-000098, abriu portas a que, agora em 2025, seja possível a realização de um investimento não inferior a cerca de cem mil euros, potencializando dessa forma a ampliação da capacidade da resposta de 40 para 50 utentes,

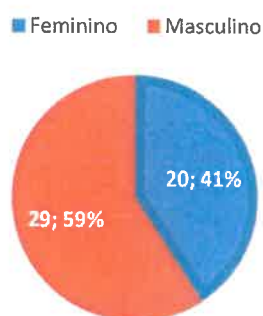


na expectativa de que seja possível alargar, de igual modo, o número de utentes comparticipados pela Segurança Social.

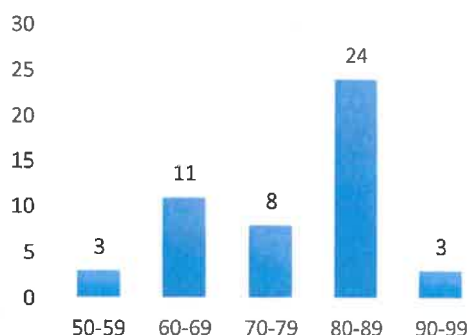
Outro aspeto importante no âmbito da atuação do SAD passa pela **componente da reafecção de verbas**, conforme aliás já foi referenciado no ponto 3.1.1, e neste caso por meio da reaplicação dos montantes não executados na resposta de Centro de Dia Sede, cuja frequência tem vindo a ficar abaixo da capacidade do equipamento em causa.

3.1.2.1 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO - SAD

O SAD, em 2024, apoiou **49 utentes**, cuja média de idade foi de **78 anos** e dos quais **29** eram do **género masculino**, tendo sido a **média de frequência de 37 utentes**, embora com meses, como foi o caso de Dezembro, com valores acima dos 40 (42).



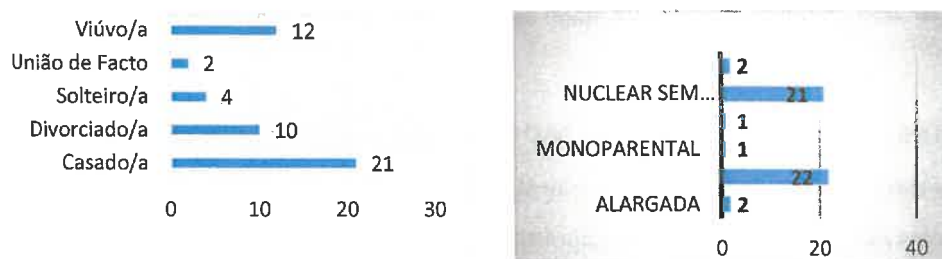
(Gráfico n.º 6: Distribuição por género)



(Gráfico n.º 7: Distribuição pro grupos etários)

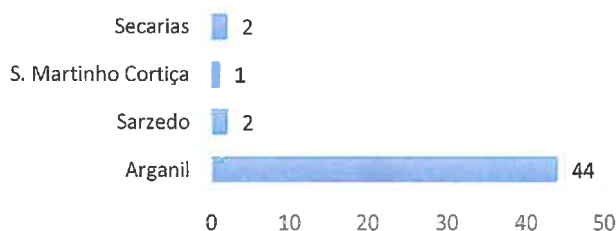
Um dado curioso, e em clara oposição ao que se verifica em outras respostas sociais, como é o caso de ERPI, parte significativa dos utentes apoiados apresentam como estado civil o de casado, ou seja, 42,8% (21), o que indicia uma **relação entre a existência de uma companhia e a continuidade no domicílio**.

Por outro lado, e se o estado civil maioritário é o de casado, já o tipo de família predominante, quase numa relação direta, é a isolada, neste caso 44,9% (22), permitindo-nos concluir que uma parte substancial daqueles que recorrem ao SAD, vivem isolados familiarmente, mas com a companhia do conjugue ou companheiro(a).



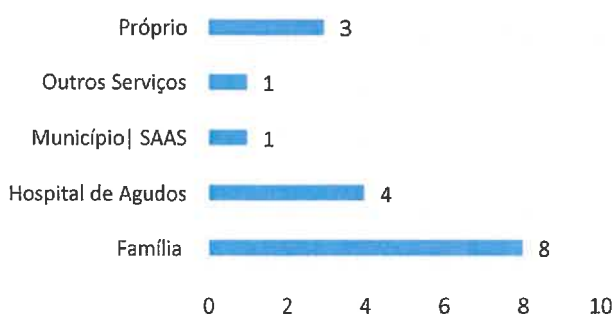
(Gráficos n.ºs 8 e 9: Estado Civil e Tipo de Agregado Familiar)

Quanto à **proveniência geográfica**, e apesar desta resposta, no caso da Misericórdia, ser de abrangência concelhia, verifica-se que a maioria dos utentes apoiados era residente na freguesia de **Arganil**.



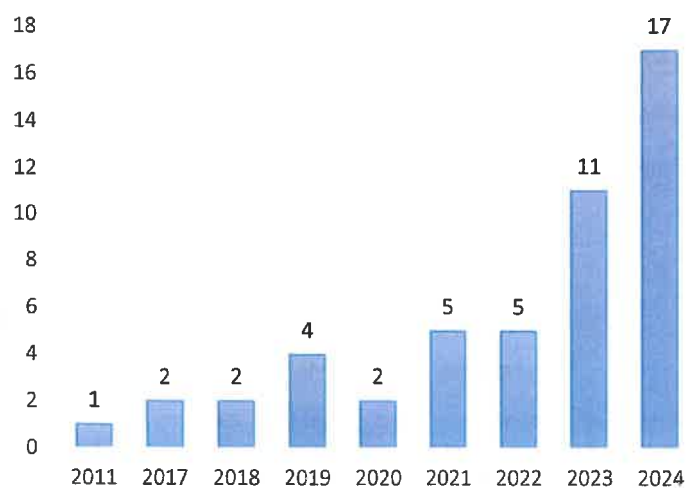
(Gráfico n.º 10: Residência utente)

Em relação às admissões ocorridas elas totalizaram **17 utentes**, grandemente sinalizados pela respetiva **família**.



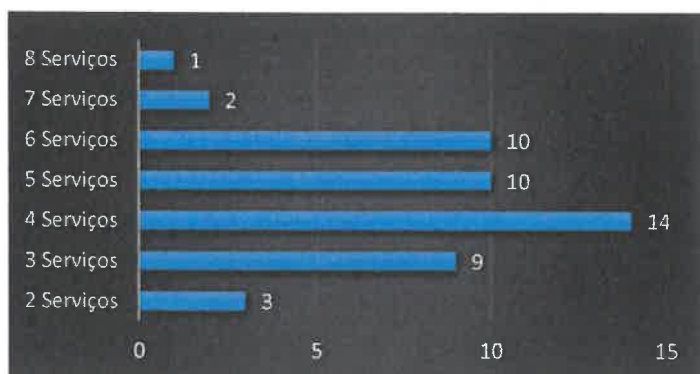
(Gráfico n.º 11: Sinalizações)

Para finalizar a informação em relação ao SAD, importa referir que, em média, os **utentes permanecem 3 anos nesta resposta social**, apesar de termos 1 utente que recorre a este serviço desde 2011. O que poderá traduzir um retardamento da institucionalização já superior ao verificado há 5 anos atrás, cujo período era de 2 anos e meio.



(Gráfico n.º 12: Antiguidade no SAD)

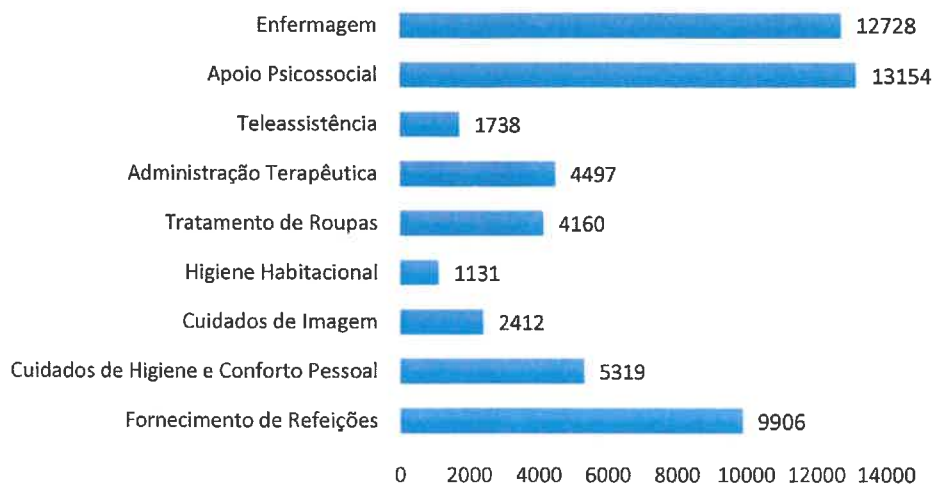
Para o aumento da média de utilização do SAD terão, seguramente, contribuído o **alargamento do número de serviços assegurados**, que, em média, passou a de 5 por utente, apesar de vários utentes contratualizarem mais do esse número.



(Gráfico n.º 13: Volume de serviços contratualizados)

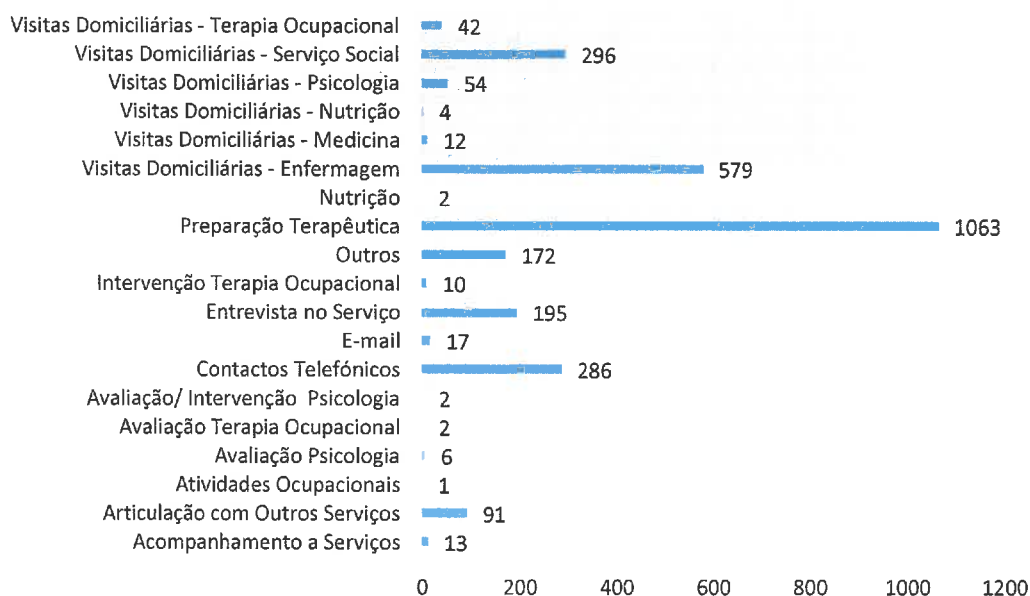


A diversidade de serviços assegurados/contratualizados, por sua vez, reflete-se na dimensão quantitativa dos mesmos, sendo que foram, em 2024, **prestados 55045 serviços**, originando uma **média anual de 1123,37/serviços por utente**, reflexo também da multidisciplinariedade da equipa envolvida que conta com diversos tipos de profissionais.



(Gráfico n.º 14: Volume e tipologia de serviços)

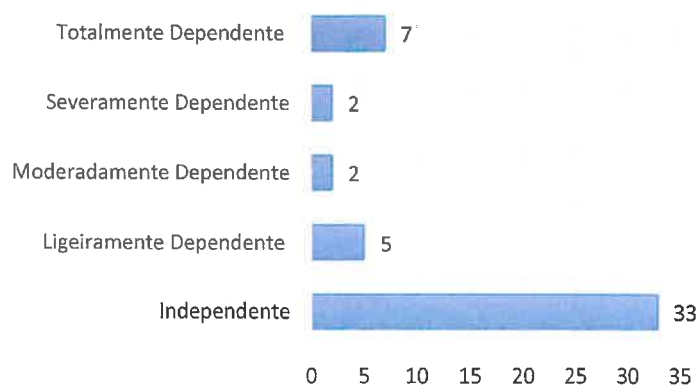
Quanto às diligências realizadas, em particular no campo da saúde, estas totalizaram **2847**, correspondendo a uma **média de 58,10 diligências/utente e 7,78 por dia**.



(Gráfico n.º 15: Volume e tipologia de diligências realizadas)



Recorrendo ao **Índice de Barthel** podemos classificar os utentes relativamente ao nível de dependência, verificando-se que, apesar de uma prevalência de **utentes independentes (67%)**, assiste-se a um **aumento de cidadãos dependentes em contexto domiciliário, nomeadamente “totalmente dependentes” (14%)**.



(Gráfico n.º 16: Tipificação dependências e abrangência no universo de utentes)

Importa ainda referir que, **57% dos utentes (28) manifestam patologia do foro psíquico e/ou cognitivo**, ao mesmo tempo que a **abordagem paliativa** se manteve enquanto prioridade em 2024, tendo sido acompanhados **9 utentes** nesta componente, não sendo dispendioso afirmar-se que o reforço da prestação de cuidados de saúde, não só contribuiu para a manutenção destes casos em contexto domiciliário, como ainda, assegurou que outras patologias/dependências fossem cuidadas no seio da comunidade sem necessidade de institucionalização, reforçando o ganho temporal de permanência em domicílio, agora de 3 anos, como atrás foi referido.

3.1.2.2 CENTRO DE DIA SEDE E SECARIAS

Sabendo-se que o Centro de Dia (CD) é uma resposta social desenvolvida em equipamento, que no caso da Misericórdia funciona de modo acoplado (CD – Sede) ou em partilha de recursos (CD – Secarias), **prestando um conjunto de serviços** que contribuem para a **manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar**, a Instituição tem procurado inovar neste género de resposta social, através da introdução e complemento de serviços, por via do desenvolvimento de um modelo de trabalho assente em sinergias internas.

No âmbito dessa atuação, tem-se procurado inverter a tendência de diminuição de utentes nesta resposta social, situação que é transversal a inúmeras Instituições de Solidariedade Social, dinamizando o acesso do utente a serviços cada vez mais diversificados.



Por outro lado, não apenas a diversificação dos serviços prestados diretamente ao utente tem sido essencial para a inversão da diminuição da procura, como de igual modo na sua estabilização, mas também a definição de um circuito de transporte que potencialize a sua frequência.

Apesar de ser inevitável uma revisitação do acordo de cooperação do CD – Sede, tendo em vista assegurar a reafecção de verbas a outras respostas sociais como ERPI e SAD, pensamos ter estabilizado a frequência em níveis mais consentâneos com a realidade do território.

Neste caso, uma média/mês de **23 utentes no equipamento sito na Sede**, e de **9 no equipamento sito na Freguesia de Secarias**.

Contudo, em 2024 foram apoiados na resposta social de CD um total de **40 utentes**, dos quais **29 no Equipamento Sede**, apresentando uma **média de idades de 78 anos**, e **11 no Equipamento de Secarias**, com uma **média de idades de 82 anos**.

Relativamente ao **género**, constatou-se uma maior **prevalência de utentes do género feminino** em ambos os equipamentos sociais.



(Gráficos n.ºs 17 e 18: Distribuição por género no CD-Sede e no CD-Secarias)

No domínio familiar, verificou-se uma maior incidência de **utentes casados no equipamento Sede** e **viúvos em Secarias**, integrando com maior relevo, em ambos os casos, **famílias do tipo isoladas**.

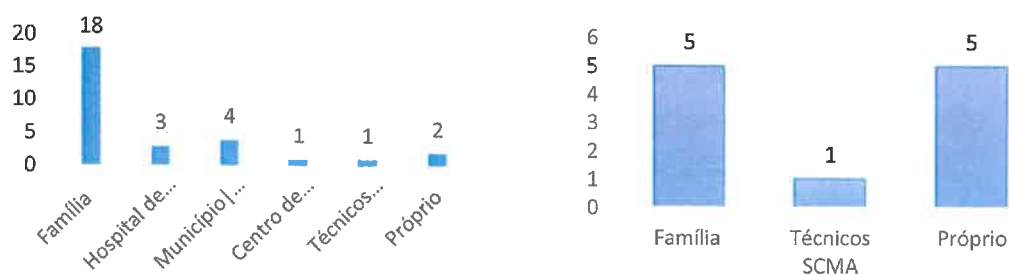
Quanto à proveniência geográfica, **86% dos utentes do CD Sede residiam em Arganil** e **91% dos utentes integrados no equipamento de Secarias residiam nessa respetiva freguesia**.

Importa destacar que, tendo o acordo de cooperação do equipamento sito na Sede abrangência concelhia, registamos a concentração dos seus utilizadores na área de influência da Freguesia de Arganil, o que permite concentrar recursos no acolhimento e transporte dos mesmos.



(Gráficos n.ºs 19 e 20: Proveniência área de residência CD-Sede e CD-Secarias)

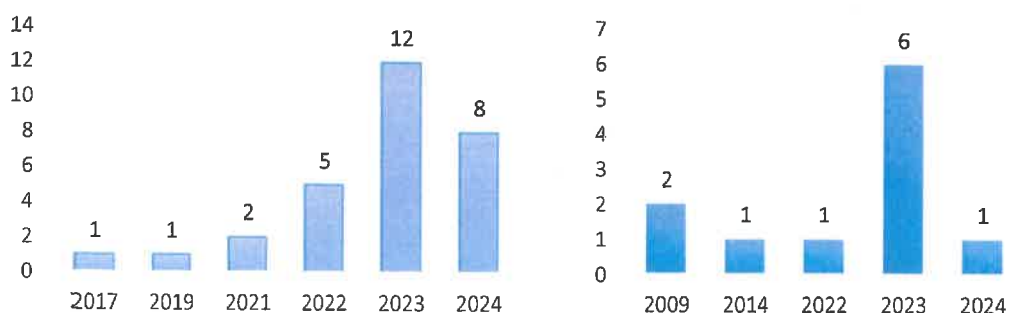
No caso das sinalizações/encaminhamentos, regista-se uma predominância do papel da família, especialmente na resposta que funciona na Sede, como aliás se poderá verificar nos gráficos em baixo expostos.



(Gráficos n.ºs 21 e 22: Sinalizações Utentes do CD-Sede e do CD-Secarias)

No que respeita aos processos de **cessação contratual**, verificou-se a saída de **7 utentes no CD Sede**, fundamentalmente, por **motivo de óbito**, e **4 em Secarias**, por motivo de **internamento hospitalar**.

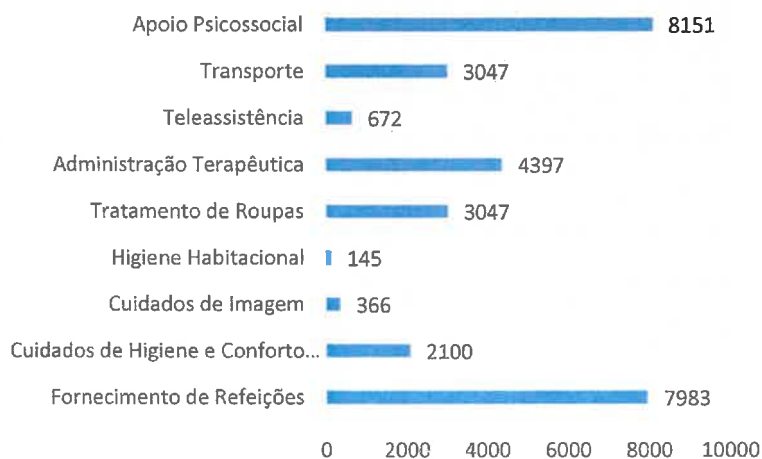
Não obstante as saídas, podemos registar que, considerando os níveis de frequência e o respetivo histórico, verifica-se que os utentes se **mantêm, em média, 1 ano no Equipamento Sede e 4 anos no Equipamento de Secarias**.



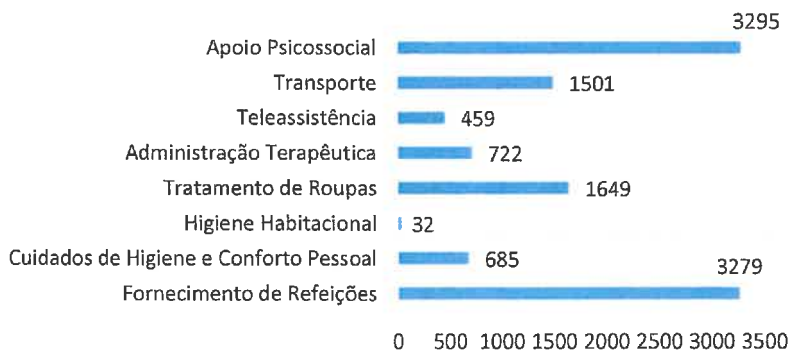
(Gráficos n.ºs 23 e 24: Tempo de frequência)



Considerando a dinâmica de alargamento do leque de serviços prestados, foi possível aferir que em 2024 a resposta social de CD, registou um total de **29908 serviços no Equipamento Sede e 11622 no Equipamento de Secarias**, perfazendo um valor anual total de **41530 serviços**, distribuídos conforme os gráficos que a seguir se expõem.



(Gráfico n.º 25: Tipologia dos serviços prestados e quantificação no CD - Sede)



(Gráfico n.º 26: Tipologia dos serviços prestados e quantificação no CD - Secarias)



No que concerne à atuação da **Equipa Multidisciplinar** na resposta social objeto de estudo, apurou-se um total de **2714 diligências registadas na Plataforma TSR Qualidade**, traduzindo uma média de **7,4 diligências por dia**.

Diligências	CD Sede	CD Secarias
Acompanhamento a Serviços	45	8
Articulação com Outros Serviços	157	44
Atividades Ocupacionais	2	0
Atividades de Socialização	22	4
Avaliação Psicologia	2	0
Avaliação Terapia Ocupacional	1	0
Contactos Telefónicos	428	104
Correio eletrónico	109	23
Entrevista no Serviço	1045	355
Entrevista no Domicílio	7	3
Intervenção Terapia Ocupacional	2	0
Outros	216	28
Visitas Domiciliárias - Enfermagem	20	7
Visitas Domiciliárias - Psicologia	3	0
Visitas Domiciliárias - Serviço Social	52	25
Visitas Domiciliárias - Terapia Ocupacional	1	1

(Tabela n.º 1: identificação e tipologia de diligências)

Em suma, a Instituição procurou estabilizar os níveis de frequência dos utentes, assegurando e melhorando o leque de serviços prestados, a par da multidisciplinariedade das intervenções realizadas.

3.1.3 CATL | AAAP | SAI

Desde final de 2006 que a resposta social de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), destinado a crianças entre os 6 e os 10/11 anos e que frequentam o primeiro nível do ensino, tem funcionado no perímetro da Escola Básica de Arganil, mais precisamente no pavilhão D. Arminda Sanches.

Essa localização tem permitido, não apenas a continuidade da resposta, mas acima de tudo assegurado uma estrutura de apoio às crianças nas pontas letivas (7h45m – 9h e 17h-17h30) e nas interrupções letivas.

Funcionando em contexto de acordo de cooperação com a Segurança Social, o CATL acolheu, em média, **60 crianças**, sendo no entanto verificável, especialmente desde 2023, que a resposta, face à procura da comunidade, era insuficiente.



Razão pela qual foi necessária a abertura de mais uma sala, mediante a colaboração com a autarquia, que possibilitou aumentar a oferta, através da **prestação de um serviço autónomo com a designação de Sala de Apoio à Infância (SAI)**, e assim possibilitar uma maior rotatividade de utentes, sala esta que começou a laborar em Setembro de 2024, e portanto enquadrada no ano letivo 2024-2025.

Em média, a SAI tem uma frequência de **23 crianças**, sendo que o valor cobrado junto das famílias corresponde ao montante definido de comparticipação pela Segurança Social para a resposta de CATL.

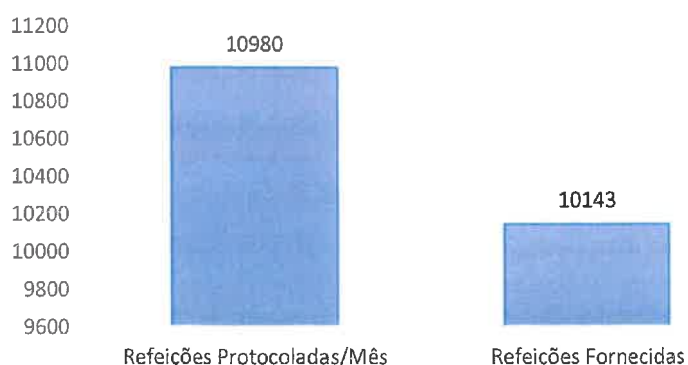
No âmbito das **Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)**, destinado a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, o funcionamento desta resposta resulta de protocolo com a Câmara Municipal de Arganil, tendo prestado apoio, em média, a **41 crianças**.

Uma vez que estes números terão que ser ajustados ao ano letivo, há a registar que a partir de Setembro, inclusive, o número de utilizadores na componente das AAAF reduziu para 32 crianças, tendo assim impacto na média em cima definida (até Junho/Agosto a frequência era de 46 crianças).

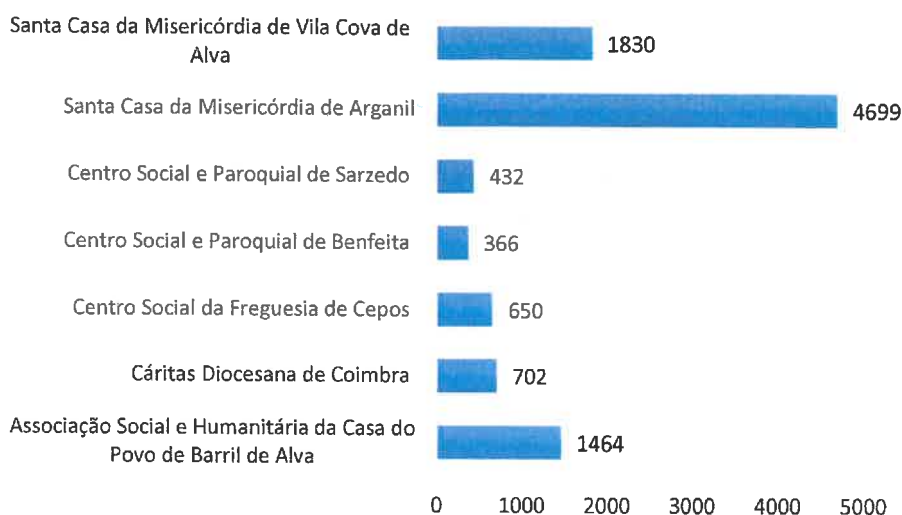
3.1.4 CANTINAS SOCIAIS

Depois de encerrada a participação da Misericórdia no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), pelas razões já previstas aquando da elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2024, a Instituição manteve a sua atuação ao nível do fornecimento de refeições no âmbito do Programa de Emergência Alimentar (PEA), através das Cantinas Sociais, tendo sido contratualizadas com o ISS,IP **30 refeições diárias**.

Nesse sentido, ao longo de todo o ano de 2024, conjuntamente com diversas Instituições parceiras, foram fornecidas **10143 refeições**, o que representa uma **taxa de execução de 92%** face ao número de refeições protocoladas com a Segurança Social.

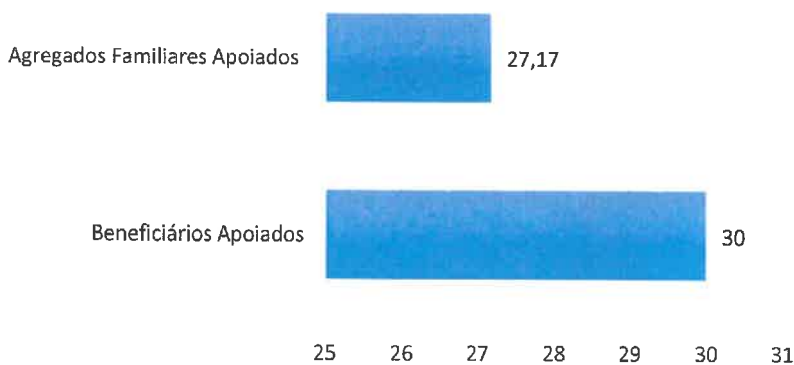


(Gráfico n.º 27: número de refeições acumuladas)



(Gráfico n.º 28: Refeições asseguradas pelas entidades participantes)

Quanto à taxa de execução, esta está diretamente relacionada com o processo de sinalização de beneficiários, cujo procedimento formal é da **competência exclusiva do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAA)**, pelo que, a Instituição apenas pode fornecer as refeições aos cidadãos após sinalização do referido serviço, tendo sido acompanhados, em média, **30 cidadãos por mês**, correspondentes a **27,17 agregados familiares**.



(Gráfico n.º 29: Agregados e Beneficiários apoiados mensalmente)

No que diz respeito à componente financeira, a **comparticipação total foi de 37.908,00 €**, dos quais **15.584,00 € foram canalizados para as Instituições parceiras**, ao abrigo dos respetivos Protocolos de Colaboração.



3.1.5 CANDIDATURAS APRESENTADAS - PRR

Ao longo do ano transato a Misericórdia, como é seu apanágio, não baixou os braços tendo apresentado candidatura à reabilitação dos espaços de cozinha e armazém, na ótica de alargamento da capacidade de resposta do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), socorrendo-se do Aviso de Abertura n.º 11/C03-i01/2024, através do concurso RE-C03-i01.m01 – **Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais**.

Assim, em Abril de 2024, submeteu, com o valor de 99.986,73€, ao qual é acrescido o IVA à taxa legal em vigor e aplicável, um projeto com a designação ***“Estamos mais próximos de quem precisa”*** e destinado à ampliação da capacidade de resposta do SAD, passando de 40 para 50 utentes a apoiar.

Já no final de 2024, mais precisamente Dezembro, veio a resposta positiva à referida pretensão, o que representou o corolário de uma vontade da Instituição em aumentar a sua capacidade de intervenção e resposta, face ao aumento da procura pela comunidade.

Ao longo de 2025 serão desencadeados os procedimentos para a concretização da execução da intervenção preconizada para o edifício sede, no âmbito da resposta SAD.

Também em 2024, foi submetida nova candidatura ao PRR – Mobilidade Verde, destinada à aquisição de mais uma viatura de apoio ao Centro de Dia, no âmbito do aviso de abertura 12-C03-i01-2024, no contexto do PRR-RE-C03-i01-12-000770.

Esta candidatura apresentou um valor de 52.013,01€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo que o limite de financiamento será de 40.000,00€ e corresponde a viatura elétrica, tipologia 4, com capacidade para 9 lugares, e por isso sujeita a transformação.

No tempo em que este relatório está a ser elaborado, a Instituição recebeu já a notificação de intenção de deferimento / aprovação da respetiva candidatura, o que irá ser crucial para uma melhoria da resposta social de Centro de Dia, mas ao mesmo tempo não deixará de implicar uma pressão junto da tesouraria da Misericórdia, em face dos atrasos nos pagamentos por parte da entidade gestora.

Ainda no âmbito do PRR, destaque para a preparação de uma nova candidatura referente ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas, em virtude da inicial não ter tido o acolhimento desejado.

Esta nova candidatura, preparada no mês de Dezembro de 2024, contou com o apoio/consultadoria da empresa YUNIT, mantendo no entanto as premissas da anteriormente apresentada, e foi submetida ao Aviso



n.º 25/C01-i02/2024 - Aviso de Abertura de Procedimentos de Apreciação e Seleção de Candidaturas - Investimento RE-C01-i02: RNCCI E RNCP.

Assim, a aquisição de equipamento de natureza hospitalar, mas de igual modo de equipamento para os serviços de apoio (cozinha e lavandaria), abrangendo 36 camas, distribuídas pelas três tipologias de Paliativos (10), Convalescença (12), e Longa Duração (14).

O valor global totalizou 425.139€ (quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e trinta e nove euros).

3.2 ÁREA DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO – SAÚDE / E OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIADAS

Ao longo das últimas décadas a presença da Misericórdia no campo da saúde tem vindo a ter um incremento cada vez mais significativo, especialmente a partir do momento em que foi acolhida a componente da reabilitação no perímetro da Instituição.

Dessa forma, e após a perda do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, na sequência da alteração de regime desencadeada pelo 25 de Abril de 1974, registou-se o arranque do projeto para uma nova unidade de saúde, no âmbito do Programa Saúde XXI e que, em 2006, viu a luz do dia através da respetiva inauguração, e cuja entrada em funcionamento ocorreu em Julho de 2007, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

O Hospital Dr. Fernando Valle passou assim, a acolher uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, abrangendo duas tipologias a saber: Média Duração e Reabilitação (12) e Longa Duração e Manutenção (12), com um total de 24 camas.

Alguns anos mais tarde a CLIFIARGUS, Clínica de Medicina Física e de Reabilitação, uma sociedade comercial cujas quotas eram pertença da Instituição, mediante um processo de aquisição no final da década de 90 do século passado, veio a dar origem à atual Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR) e que serve um vasto território, tendo como epicentro a vila de Arganil.

Já em 2020, com a inauguração simbólica verificada em Dezembro de 2022, a Misericórdia conseguiu proceder à reabilitação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, com um investimento significativo e cuja entrada em funcionamento aguarda pelo momento adequado.

Este último investimento permitirá, no futuro, que uma unidade que faz parte da memória coletiva desta região possa voltar a o serviço das inúmeras comunidades existentes, retomando dessa forma a presença da Misericórdia numa área que tão importante foi para a sua existência, pelo menos desde de 1886, que é a área hospitalar.



3.2.1 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS – DR. FERNANDO VALLE

Durante o ano de 2024 foi possível a **celebração dos novos contratos** para as tipologias que funcionam no espaço designado como Hospital Dr. Fernando Valle, abrangendo o triénio 2024-2026, tendo a assinatura ocorrido em Julho do ano transato.

A celebração dos novos contratos foi essencial para assegurar uma maior previsibilidade no funcionamento deste equipamento, ao mesmo tempo que inscreveu novos valores de atualização para o respetivo funcionamento.

Por outro lado, a Unidade, no âmbito das duas tipologias, passou a contar com o **regresso da componente da terapia da fala**, através do recurso a uma entidade externa, na medida em que não foi possível à Instituição proceder à respetiva contratação para os seus quadros, em virtude da ausência de candidatos com o perfil compatível face às necessidades.

Simultaneamente, o espaço em causa acolheu diversas componentes formativas no âmbito das parcerias que a Misericórdia possui com entidades de ensino, designadamente a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra e a Escola Superior de Saúde de Coimbra, bem como o Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA).

Assim, foram realizados vários estágios no Hospital Dr. Fernando Valle, designadamente de enfermagem, que teve lugar entre 25 de Novembro e 24 de Janeiro (2025), contando com 6 alunos e 2 orientadores.



(Foto n.º 3: Receção alunos de enfermagem)

Entre Novembro e Dezembro, ocorreu estágio no campo da Fisioterapia, contando com 2 alunos, sendo que um destes integrou a UMFR.

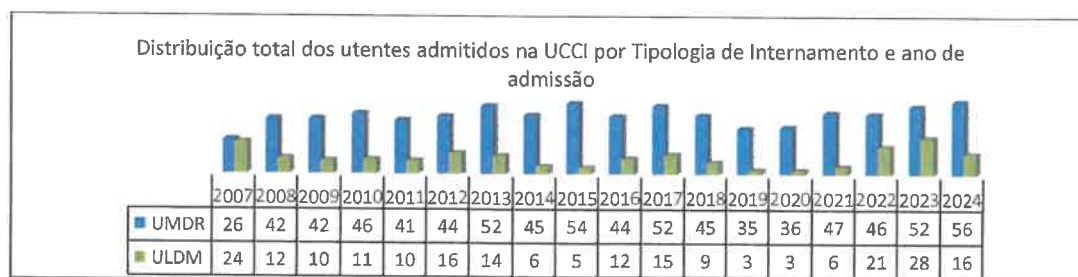


(Foto n.º 4: Receção alunos de Fisioterapia)

Por fim, entre Maio e Julho, teve também lugar estágio de Ajudante de Ação Médica, referente a curso profissional do AEA e que culminou, neste caso em concreto, com a admissão, após a conclusão do mesmo, do aluno nos quadros da Misericórdia.

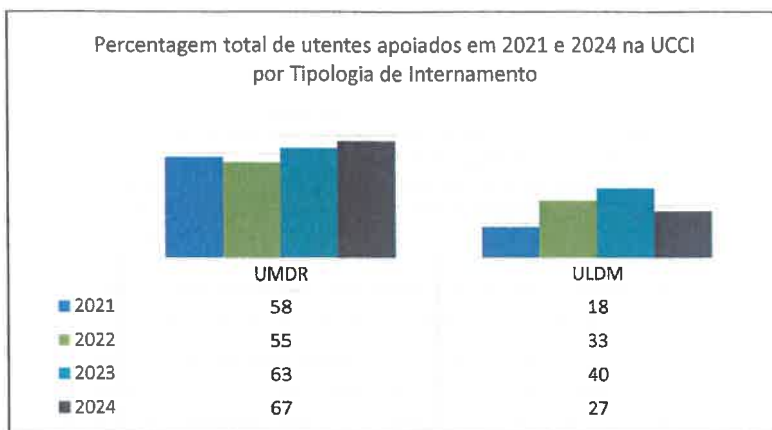
Celebrando 17 anos de funcionamento em Julho de 2024, e por isso, na presente data, contando já com mais alguns meses de existência, é possível perscrutar o histórico estatístico deste equipamento e analisar a sua evolução e impacto, não apenas no concelho de Arganil, mas de igual modo na Região.

Desde a data de entrada em funcionamento, foram já prestados cuidados de saúde e sociais a um total de **1026** cidadãos utentes, dos quais **805** na **Tipologia de Média Duração e Reabilitação (UMDR)** e **221** na **Tipologia de Longa Duração e Manutenção (ULDM)**.

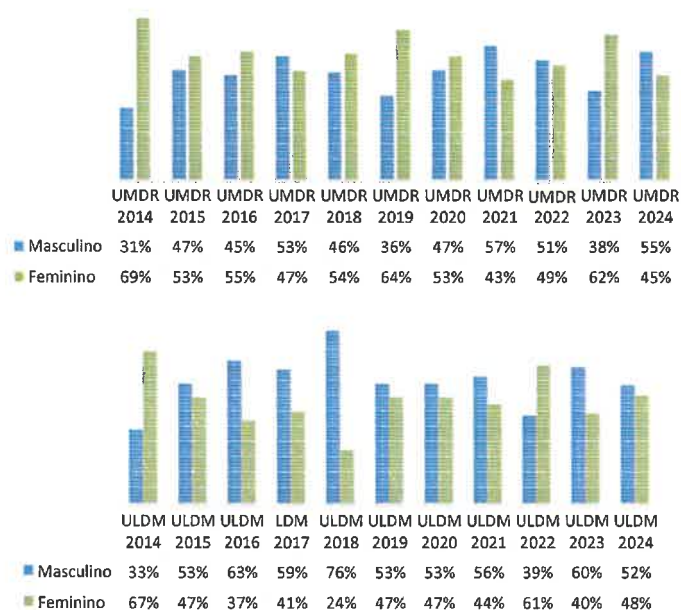


(Gráfico n.º 30: Distribuição total dos utentes admitidos na UCCI/Tipologia/ ano de admissão)

Em relação ao ano de 2024, deram entrada na UCCI um total de **72 utentes**, dos quais **56 (71,3%)** na tipologia de **Média Duração e Reabilitação (UMDR)** e **16 (28,7%)** na tipologia de **Longa Duração e Manutenção (ULDM)**, mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente admitidos. Contudo, verificou-se uma diminuição na tipologia de Longa Duração, em virtude do prolongamento de internamentos existentes.



(Gráfico n.º 30-A: % total de utentes apoiados desde 2021 a 2024 na UCCI por Tipologia de Internamento)

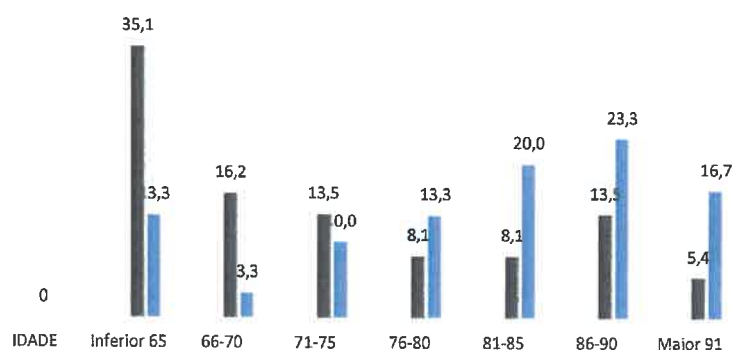


(Gráficos n.ºs 31 e 32: % total de utentes apoiados de 2014 a 2024 na UCCI por Tipologia e Género)

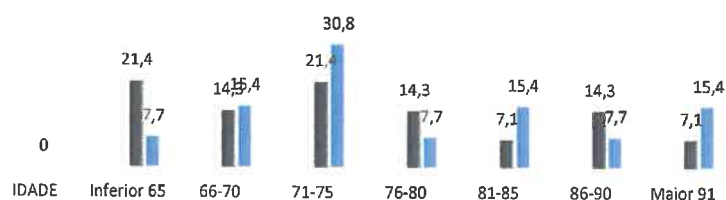


Da análise dos cuidados prestados por género registou-se, durante o ano de 2024 e comparativamente com o ano transato, uma diminuição do número de mulheres apoiadas na tipologia de UMDR, sucedendo o inverso na tipologia de ULDM.

UMDR Escalão etário



ULDM Escalão etário



(Gráficos n.ºs 33 e 34: Total de utentes apoiados em 2024 na UCCI por Tipologia de Internamento e Faixa Etária)

Ao nível das faixas etárias registámos que a prestação de cuidados teve um incremento nos cidadãos com idade inferior a 65 anos, em ambas as tipologias de internamento, sendo possível ainda concluir pela existência de um aumento dessa mesma prestação junto de cidadãos com mais de 81 anos, isto na tipologia de UMDR.

Na tipologia de UMDL registou-se ainda, um crescimento na faixa etária entre os 71 e os 75 anos.

Quanto à média de idades, esta foi de 75,2 anos em UMDR (2021 = 79 Anos / 2022 = 78.4 Anos / 2023 = 78.3 anos) e de 75,4 anos em ULDM (2021 = 73 Anos / 2022 = 80.8 Anos / 2023 = 76.9 anos).

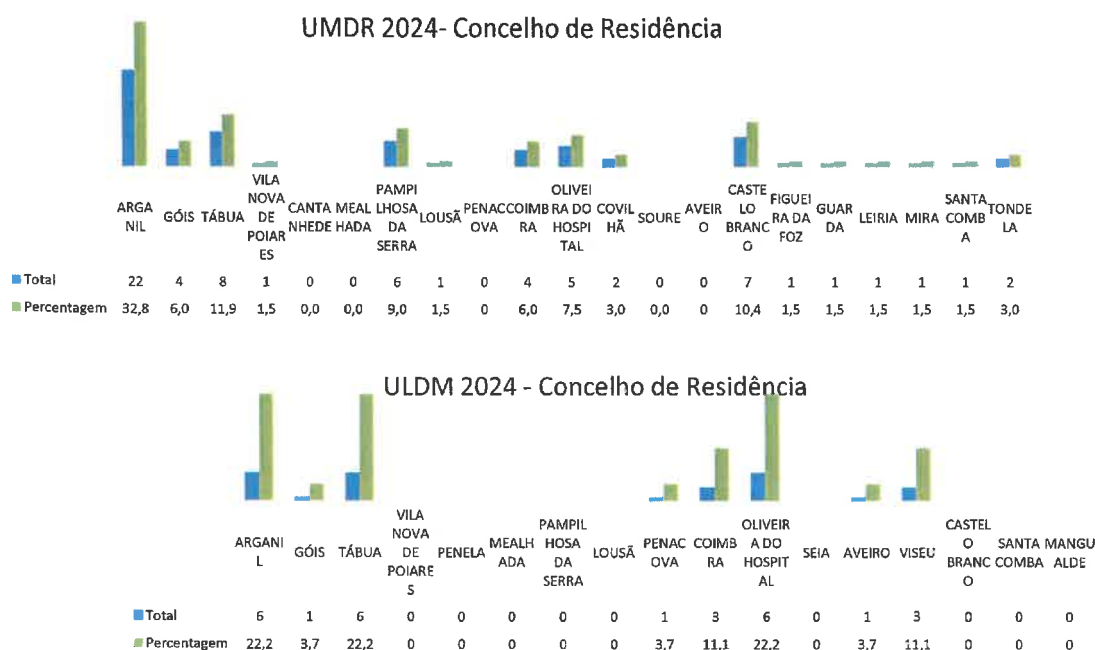
Para além da questão da idade, outro aspeto importante a inscrever neste Relatório de Actividades relaciona-se com a proveniência/residência dos utentes que foram apoiados no ano que findou.

Assim, em 2024, os utentes, na sua maioria, foram oriundos da Região Centro do País, distrito de Coimbra, sendo que 32.8% dos utentes da UMDR são naturais do concelho de Arganil e em ULDM 22.2%, igual valor dos naturais de Tábua e Oliveira do Hospital.



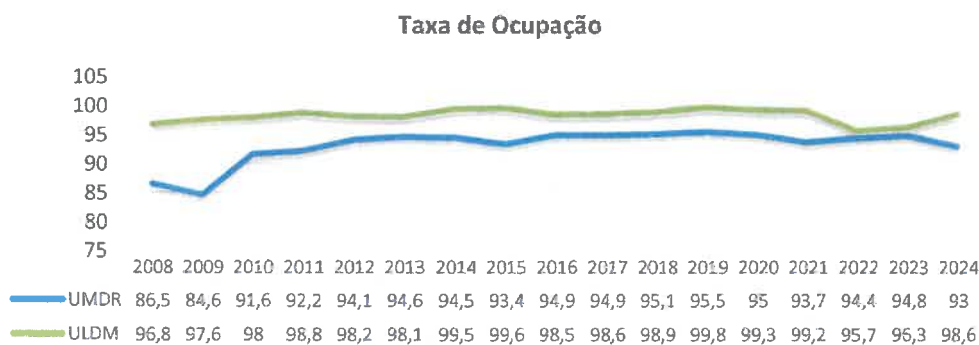
No entanto, foi bastante significativa a quantidade de utentes apoiados em ambas as tipologias de internamento fora do concelho de Arganil, ou mesmo do distrito de Coimbra, nomeadamente Castelo Branco, Covilhã e Viseu, resultando daqui como principal problema o afastamento geográfico de familiares e dificuldade de articulação com serviços locais.

Não obstante, esta situação revela a importância da unidade da Misericórdia para assegurar soluções num patamar supraconcelhio.



(Gráficos n.ºs 35 e 36: % utentes apoiados na UCCI por Tipologia de Internamento / concelho)

No que reporta à taxa de ocupação foi possível constatar que ambas as tipologias ficaram acima dos 85%, mantendo assim os níveis de pagamento por parte das áreas da saúde e segurança social.



(Gráfico n.º 37: taxas de ocupação em ambas as tipologias de internamento de 2007 a 2024)



Analisando os níveis de frequência tendo por base a sua distribuição mensal em 2024, registou-se que estes foram mantidos também acima dos 85% em ambas as tipologias, com destaque para o facto de que a ULDM melhorou face ao ano anterior, enquanto que a tipologia de UMDR teve um decréscimo, muito devido às quebras registadas nos meses de Julho e Outubro.

TAXA DE OCUPAÇÃO 2024		
MÊS	UMDR	ULDM
Janeiro	93,50%	97,80%
Fevereiro	97,1%	97,10%
Março	94,6%	100,00%
Abril	97,2%	98,10%
Maio	91,9%	97,60%
Junho	96,1%	99,40%
Julho	88,4%	100,00%
Agosto	93,30%	98,90%
Setembro	91,7%	98,30%
Outubro	86%	97,30%
Novembro	95,6%	99,20%
Dezembro	99,20%	100,00%
MÉDIA	93,0%	98,6%

(Tabela n.º 2: Taxa mensal de ocupação UMDR/ULDM)

3.2.2 UNIDADE DE MEDECINA FISICA E DE REABILITAÇÃO

Paulatinamente a UMFR tem vindo a procurar recuperar os níveis de frequência em contexto de pós pandemia, e com isso recuperando para os níveis de faturação antes desse período que marcou, durante dois anos, a vida da Sociedade e das organizações.

Mas essa recuperação, no que aos proveitos diz respeito, ainda não foi concretizada, mantendo-se aquém do aumento de custos que tem vindo a acontecer.

O ano que findou traduziu-se em alguma instabilidade na componente da respetiva equipa, com a saída de profissionais, neste caso 2 fisioterapeutas, e a demora na sua substituição, com reflexo na faturação direta da UMFR.



Razão pela qual, nos primeiros meses do ano, os níveis de resposta que se pretendiam e desejavam não corresponderam ao expetável, nomeadamente no tempo de espera para tratamento, em virtude dessas entradas e saída.

Assim, apenas em Fevereiro foi possível a substituição de um dos dois elementos de fisioterapia que saíram e, em Setembro, ou seja já no último mês do terceiro trimestre, o quadro foi fechado.

Obviamente essa oscilação repercutiu-se na produtividade da unidade.



(Foto n.º 5: UMFR)

Contudo, importa referir que o diretor clínico e a médica de apoio realizaram **1065 consultas**, e **foram tratados 9864 pessoas** no espaço da unidade, o que somando as duas componentes, em termos de estimativa, diariamente foram acompanhadas/tratadas 43 pessoas.

3.2.3 HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS

A entrada em funcionamento do reabilitado Hospital continua a ser uma preocupação para a Instituição, apesar dos enormes constrangimentos que foram sendo suscitados junto da Misericórdia.

Especialmente porque o investimento aí realizado representa um encargo muito significativo para a tesouraria da Instituição, nomeadamente resultante do pagamento do empréstimo contraído para fazer face à reabilitação encetada.

Não obstante o convite apresentado pela ULS Coimbra, tendo em vista a utilização de 20 camas para internamentos transitórios e com o intuito de libertação de camas no Centro Hospitalar de Coimbra, a Instituição não apresentou qualquer proposta, visto que essa utilização era temporária (2 meses), não existindo quaisquer garantias do prolongamento no tempo desse acordo.

O investimento a realizar era demasiado significativo, nomeadamente em mobiliário e equipamento hospitalar, para ter apenas uma utilização temporária, já para não falar dos recursos humanos indispensáveis.



Por outro lado, e como já foi referido no ponto 3.1.5, não se verificou a aprovação da candidatura ao PRR submetida ainda em 2023, razão pela qual, já no final de 2024 foi, novamente, preparada nova candidatura, tendo sido submetida já em Janeiro de 2025, aguardando resposta à mesma.

3.3 A COMARCA DE ARGANIL

Desde que o jornal *A Comarca de Arganil* passou a integrar o leque de atividades realizadas pela Misericórdia, a preocupação com a sustentabilidade deste título, mas de igual modo a respetiva divulgação e afirmação no panorama regional, tem sido uma prioridade.

E a concretização desses objetivos têm respaldo na abrangência noticiosa que tem caracterizado o centenário jornal e que, em 2024, **tinha já entrado no 124 ano de existência**, dando voz aos concelhos de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo.



São pois **9 os concelhos** em que a *A Comarca de Arganil* está presente, tendo impresso no ano transato **51 edições**, nas quais estão 2 edições especiais, com uma **tiragem média/mensal de 1947 jornais** em versão papel e 33/mês na edição online, tendo um **universo total de 1847 assinantes, entre nacionais, internacionais e edição online**.

A atuação deste centenário periódico ficou ainda pautada pela continuidade no lançamento de obras literárias, dando assim corpo à promoção de hábitos de leitura e de divulgação de escritores e histórias de vida de personalidades da região.

De referir ainda, que em termos económicos o jornal tem assegurado, entre assinantes e publicidade, os recursos necessários ao seu funcionamento, mas de igual modo contribuído para a atividade principal da Instituição no campo social, um dos outros objetivos cruciais ao desenvolvimento deste projeto.

3.4 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

Como projeto cultural a Academia Condessa das Canas tem vindo a reforçar a sua presença no panorama regional, marcando presença em concelhos como Arganil e Tábua, acima de tudo graças ao contributo da componente de dança.



Nesse particular, destacamos a Academia de Ballet que tem hoje mais de uma centena de jovens da região da “Beira Serra” nela inscritos e que tem assumido um forte papel na dinamização de uma oferta distinta nesse campo.

Para além de participar em diversas provas nacionais e internacionais, a Academia tem conseguido organizar e realizar diversos espetáculos, funcionando dessa forma como fator de expansão, não apenas da prática do ballet, mas acima de tudo como agente cultural local.

Assim, e sobre a direção artística da Tamára Simão (Prof.^a), foi possível a realização de uma série de espetáculos e atividades que se espalharam ao longo do ano de 2024, e que contou com o empenho, não apenas das alunas, mas também dos respetivos pais.

Dessas atividades destaque para:

- a) Espetáculo “Rainha das Neves” (Janeiro); b) Workshop Ballet Clássico com Barbara Almeida, destinado a turmas do grau 3 e 5 (Fevereiro); c) Participação concurso de dança “All Dance” (Abril); d) Espetáculos “The Dance Kingdom” e “Dia Mundial da Dança” (Centro Cultural de Tábua/Abril); e) Realização de exames da Royal Academy of Dance e participação na comemoração do dia mundial da criança (Junho); f) Participações nos espetáculos de dança da ACM no Teatro Académico Gil Vicente, no “Melodias Flutuantes – um concerto sobre o Alva” e Estúdios DancArt, espetáculo “Romeu e Julieta” (Julho); g) Abertura do “Arganil Faschion” da Associação Juvenil CUME e celebração do centenário da trasladação da Condessa das Canas (Agosto); h) Participação no espetáculo de Dança da Academia Moving Stars, na Pampilhosa da Serra, jantar solidário da Associação de Estudantes de Arganil, comemoração dia mundial do Fado em parceria com a Tuna Popular de Arganil; i) Espetáculo “A pequena vendedora de fósforos” realizado na Pampilhosa da Serra.



(foto n.º 6: Espetáculo Academia de Ballet)



(Foto n.º 6-A: Performance individual bailarina Academia)

3.5 ORGANIZAÇÃO / PARTICIPAÇÃO DA MISERICÓRDIA EM EVENTOS

Como complemento da atividade da Misericórdia no âmbito da sua intervenção junto dos públicos integrados nas diversas respostas sociais que desenvolve, a política e a estratégia da Instituição passa pela sua afirmação em outros domínios, designadamente no campo da cultura e da vida em Sociedade.

Não é pois de menor importância recordar, neste ponto em concreto, algumas das principais atividades que no ano de 2024 foram concretizadas e que tiveram impacto local e regional, enaltecendo não apenas os valores subjacentes à identidade da Misericórdia, como de igual modo aos planos aprovados pela Mesa Administrativa e sujeitos ao escrutínio da Assembleia geral.

Assim, não podemos deixar de referir a presença e participação, volvidos 60 anos, na realização da **Procissão do Senhor dos Passos**, que ocorreu no fim-de-semana de 16 e 17 de Março, tendo a Misericórdia levado a imagem da sua Igreja para a Igreja Matriz.

Esse cerimonial teve lugar durante a noite de Sábado, sendo dessa forma uma procissão noturna onde as velas, os fogaréus e o estandarte da Instituição marcaram presença, ladeados por uma forte participação dos Irmãos da Misericórdia, e com a presença do Sr. Reitor, Padre Lucas Pio.

No mesmo dia, e no regresso da Igreja Matriz, os Irmãos da Misericórdia trouxeram em ombros o andor da Nossa Senhora das Dores, repetindo idêntico percurso no dia seguinte, Domingo dia 17 de Março.



(Fotos n.ºs 7 e 7-A: aspeto da procissão noturna)



No decurso do mês de Abril, mais precisamente no dia 19, a Misericórdia acolheu no seu Salão Nobre a **apresentação do livro do Padre Albino Camati**, intitulado *“Doce centelha sobre a alma”* e que contou com o apoio do jornal *A Comarca de Arganil*.

A sessão da apresentação daquela obra contou com a presença significativa da comunidade e teve como orador principal Sua Excelência Reverendíssima, o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes.



(recorte jornal A Comarca de Arganil – edição 25 de Abril, referente à apresentação)

Por outro lado, e mantendo a preocupação ambiental e de promoção de iniciativas destinadas aos jovens em idade escolar, a Misericórdia **renovou o patrocínio do Prémio Jorge Paiva**, no valor total de 1.000,00 euros, distribuídos por diversas categorias, realizando no dia 29 de Maio a entrega do mesmo, no auditório EB 2/3 de Arganil.

Nesta edição, o Agrupamento de Escolas Thomas Ribeiro de Tondela e o Agrupamento de Escolas de Góis, receberam o prémio do primeiro e segundo escalão respetivamente, seguindo-se duas menções honrosas para o Agrupamento de Escolas de Arganil e uma outro para um segundo trabalho do Agrupamento de Escolas de Góis.

A entrega contou com a presença do Professor Jorge Paiva, cuja dedicação à causa da preservação do ambiente inspirou este prémio e que deve promover os mais novos para as questões do ambiente de forma responsável.



(Foto n.º 8: Entrega do Prémio Jorge Paiva)



Chegados ao mês de Julho, mais precisamente nos dias 6 e 7 do referido, a Misericórdia realizou as **tradicionais e seculares festividades em honra de Nossa Senhora da Visitação**, padroeira da Instituição.



(Poster n.º 1: Programação das Festividades em Honra de Nossa Senhora da Visitação)

Como é habitual, procurou concretizar um programa que, para além da componente religiosa que tem lugar no Domingo, com a Missa e a procissão pelas ruas da Vila de Arganil, teve também, no dia anterior, um evento de natureza mais cultural e que se traduziu na realização de um **concerto de música sacra**, dedicado a Nossa Senhora com o título *“Louvar à Virgem, cantando”*, cuja apresentação esteve a cargo do Padre Albino Camati. De referir a costumeira e habitual colaboração da Associação Filarmónica de Arganil, designadamente no dia das festividades religiosas, abrilhantando e acompanhando a procissão.



(Foto n.º 9: Provedor ladeado pelos intérpretes, Padre Albino Camati e Reitor Padre Lucas Pio)



(Foto n.º 9-A: Pormenor da Missa – Festividades em Honra de Nossa Senhora da Visitação)

Associado a este fim-de-semana de festividades foi também **apresentado**, em Coimbra, na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) o livro intitulado ***“Um orgulho desmedido”*** e relativo a uma figura marcante da vida da Instituição que manteve, nos últimos 40 anos, viva a tradição da evocação do episódio da Visitação na vida da Misericórdia, falamos pois do Prof. José Dias Coimbra.

A sessão contou com uma participação muito significativa de personalidades, amigos, família e representantes institucionais, que se associaram a este evento e que contou com a apresentação do Dr. Luís Marques Mendes e do Dr. Artur Torres Pereira.



(Foto n.º 9-B: Sessão de apresentação do livro “Um orgulho desmedido”)



Ainda em Julho, mas agora no dia 30, dia do nascimento do Dr. Fernando Valle, a Misericórdia não quis deixar de recordar essa figura ímpar no campo do humanismo, que morreu com 104 anos no dia 27 de Novembro do ano de 2004.

Dessa forma, e com a colaboração da Editorial Moura Pinto, teve lugar uma **evocação junto ao seu busto** que se encontra na zona do Hospital de Beneficência e Centro de Saúde de Arganil, perto da sua antiga residência onde agora acolhe a Unidade de Cuidados Continuados Integrados que ostenta o seu nome.



(Foto n.º 10: Homenagem Junto ao busto do Dr. Fernando Valle)



(Foto n.º 11: Receção a Mário Valle, filho do Dr. Fernando Valle)



No dia 13 de Agosto, e por ocasião daquele que seria o aniversário do Dr. Francisco Costa, então recentemente falecido, a Mesa Administrativa, assim como os trabalhadores da Instituição realizaram uma singela **cerimónia na Unidade de Cuidados Continuados**, onde desempenhou funções de primeiro Diretor Clínico daquele serviço, através do descerramento de um memorial da sua passagem por aquele espaço.



(Fotos n.ºs 12 e 13: Memorial Dr. Francisco Costa – UCCI)

No acontecimento, para além de membros dos Órgãos Sociais da Instituição, família, colegas médicos e trabalhadores, marcaram também presença vários representantes da Câmara Municipal de Arganil, nomeadamente a sua Vice-presidente e Vereadores.

Depois, e tendo como tónica o facto de 2024 ser o ano do **centenário da trasladação dos restos mortais da Condessa das Canas** de Coimbra para Arganil, mais precisamente para a Capela dos Mello, no dia 24 de Agosto a Misericórdia concretizou diversas iniciativas de recordação desse evento que teve lugar há cem anos.



(Poster n.º 2: Programa Centenário da Trasladação Condessa das Canas)



Assim, durante o período da manhã procedeu à reconstituição do cortejo fúnebre, acompanhado pela Filarmónica de Coja – Pátria Nova – desde a Igreja da Instituição até à Igreja Matriz, onde teve lugar uma missa em honra da Condessa e de seu esposo o Conde das Canas.

A missa, presidida pelo Sr. Reitor, Padre Lucas Pio, contou com a presença de diversas outras Misericórdias que se quiseram associar, bem como do Presidente do Secretariado Regional de Coimbra da UMP, Dr. António Sérgio Martins, para além dos Irmãos da Misericórdia de Arganil e comunidade em geral.

No final da celebração, foi descerrada uma placa alusiva aos cem anos da trasladação e colocada uma coroa de flores no túmulo de D. Maria Isabel de Melo Freire de Bulhões e de seu esposo D. José Maria de Vasconcelos de Azevedo e Silva Carvajal (Visconde de Canas de Senhorim e Conde da Quinta das Canas).



(Foto n.º 14: Colocação coroa de flores no túmulo da Condessa das Canas)

Ainda no mesmo dia, e após o almoço, procedeu-se ao descerramento de uma placa biográfica dos “Condes das Canas”, tendo como pano de fundo o antigo solar da família e Hospital de Beneficência, seguindo-se junto ao monumento existente no jardim do Hospital um concerto de fados de Coimbra, culminando à noite com um espetáculo de música e bailado, tendo como protagonistas as bailarinas da Academia Condessa das Canas.



(Fotos n.ºs 15 e 16: Descerramento placa biográfica e concerto/bailado)

No mês de Setembro não podemos deixar de destacar a **presença da Misericórdia na Feira do Mont'Alto e Ficabeira**, mantendo o seu habitual Stand de divulgação / exposição, sendo que no dia 7 desse mês, Feriado Municipal, teve lugar a segunda apresentação do livro *“Um orgulho desmedido”* alusivo à vida de José Dias Coimbra.

O momento foi ainda marcado pelo anúncio do Presidente de Câmara da atribuição do seu nome à Escola Secundária de Arganil e do arranque das obras no Cineteatro Alves Coelho (que ainda se aguardam na presente data).



(Fotos n.º 17 e 18: Visita ao Stand e abertura da Ficabeira /Feira do Mont'Alto)



(Fotos n.º 19 e 20: Sessão de apresentação de livro “Um orgulho desmedido” no Salão Nobre da CMA)

Ainda no mês de Setembro a Instituição, através do Centro de Dia de Secarias, **marcou presença na Feira de S. Miguel**, assegurando assim uma maior proximidade a essa comunidade onde desenvolve, não apenas a resposta em cima referida, mas também o Serviço de Apoio Domiciliário.



(Foto n.º 21: Presença na Feira de S. Miguel – Secarias)

Outra atividade desenvolvida na Misericórdia, mas neste caso enquanto entidade parceira, foi a realização no dia 13 de Outubro de mais um **concerto na sua Igreja**, com recurso ao órgão de tubos e integrada no Ciclo de Outono da Região de Coimbra dedicado a este instrumento musical.

Dessa forma, foi possível com a promoção e apoio da Fundação Inatel, reeditar uma presença de Arganil neste ciclo, apenas possível pelo contributo da Misericórdia, sendo que em 2024 a Instituição introduziu uma inovação que foi a declamação de excertos de obra literária, neste caso pela voz de uma intérprete local – Marta Mendes.



(Poster n.º 3: Divulgação Ciclo de Outono de Órgão de Tubos)



(Foto n.º 22: Concerto de órgão de Tubos - Marta Mendes, António Carvalhais da Costa e João Santos)

No último trimestre do ano de 2024 a Misericórdia realizou ainda uma outra atividade que marcou a agenda local, e neste caso tratou-se da **homenagem ao Eng. Fernando Valle**, neto do Dr. Fernando Valle, e que ocorreu no dia 10 de Novembro, véspera do seu aniversário se fosse ainda vivo.

O Eng. Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Valle, faleceu com a idade de 48 anos no dia 18 de Novembro de 2023, tendo mantido uma relação de proximidade e colaboração com a Instituição, destacando-se como um dos seus últimos atos públicos em Arganil o lançamento da obra de reabilitação do antigo Hospital Condessa das Canas, isto ainda em 2020, razão pela qual a sua memória foi perpetuada na fachada desse edifício.



(Poster n.º 4: Homenagem a Fernando Valle – neto)



(Foto n.º 23: descerramento placa com biografia de Fernando Valle – neto)

3.6 PARCERIAS

Ao longo dos anos a Misericórdia tem procurado manter-se colaborativa com diversas outras organizações no seio da comunidade, dinamizando nesse sentido diversos protocolos e parcerias, tendo como enfoque a promoção de ações que visem a melhoria das condições das pessoas.

Assim, para além dos protocolos com outras Instituições de Solidariedade Social, nos quais se incluem a questão das **Cantinas Sociais**, já abordada em ponto anterior, também a colaboração com o Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA), através do **patrocínio do prémio de mérito** no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros), bem como com o Centro de Formação de Associação de Escolas Coimbra Interior (CFAEC), através do **patrocínio do Prémio Jorge Paiva**, merecem o devido registo.

De igual modo as parcerias no campo do **desenvolvimento de estágios**, sejam eles de nível superior (Escola Superior de Saúde de Coimbra e Escola Superior de Enfermagem de Coimbra) ou do ensino obrigatório (EPTOLIVA e Agrupamento de Escolas de Arganil), tem marcado presença na dinâmica da Misericórdia, tendo em vista promover os territórios e tornando-os atrativos para fixar jovens.

Outra entidade que aqui merece destaque foi a **Associação Beira Aguireira de Apoio ao Deficiente Visual – Escola de Cães Guia para Cegos**, que permitiu a receção do “Hammer”, um elemento canino que veio ajudar



ao desenvolvimento de terapia e estimulação com animais, especialmente no âmbito do projeto patrocinado pela Fundação La Caixa | BPI.

Há depois ainda, um leque variado de entidades com as quais a Instituição se relaciona, nomeadamente do Setor Público com as quais tem contratualizado diversos instrumentos de desenvolvimento de respostas e ou equipamentos, nomeadamente o Instituto de Segurança Social (ISS,IP), o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP), as estruturas descentralizadas do Ministério da Saúde, como a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) e a Unidade Local de Saúde de Coimbra (ULSC).

Sem esquecer as autarquias, como a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, a Igreja, as associações e coletividades locais, designadamente Filarmónicas, entre outras.

Por fim, não pode deixar de ser sublinhada a preocupação e envolvimento que a Misericórdia possui com outras congéneres, muito fruto do Movimento Somos Todos Misericórdia em que a Santa Casa de Arganil teve um papel preponderante na sua dinamização.

Ainda no campo das Misericórdias, deve ser sublinhado que em Fevereiro de 2024 Arganil acolheu a **reunião do Conselho Distrital de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas**, tendo sido realizada a eleição dos novos membros do respetivo Secretariado Regional para um novo mandato.

Dessa reunião eletiva resultou a renovação da continuidade da Misericórdia da Pampilhosa da Serra, através do seu Provedor, António Sérgio Martins, com os 1º e 2º Secretários, respetivamente, a Misericórdia da Lousã, representada por João Franca, e a Misericórdia de Buarcos, representada por Carlos Abreu.



(Foto n.º 24: Reunião do Conselho Distrital de Coimbra da UMP)

Outra colaboração que a Misericórdia tem procurado manter, em claro benefício para a comunidade, tem sido o acolhimento da unidade móvel da Liga Portuguesa Contra o Cancro, no âmbito do programa de rastreio do cancro da mama.



3.7 MANUTENÇÃO, REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS E MELHORIAS

Por força da dimensão da Instituição, é natural que se torne habitual o desenvolvimento de trabalhos destinados quer à manutenção e quer à reabilitação de espaços, sejam eles naturais ou sejam eles referentes a equipamentos que acolhem respostas sociais.

Dessa forma, a Misericórdia tem como preocupação proceder à **limpeza, manutenção e preservação dos seus jardins e espaços envolventes**, com destaque para a Mata das Misericórdias, onde tem em permanência uma equipa de trabalhadores com essa responsabilidade.

Esses trabalhos, desde que foi alterada a legislação sobre prevenção de incêndios, incidem nos meses de Janeiro a Abril/Maio, consoante as condições climatéricas, prolongando-se ao longo do ano.



(Foto n.º 25: Limpeza dos espaços naturais)

Em relação ao edificado, semanalmente são realizados vários trabalhos de manutenção destes espaços, designadamente instalações sanitárias, salas de convívio, zonas residenciais, espaços de arquivo e arrumo, entre outros.

No entanto, em 2024, destacaram-se os trabalhos de levantamento de **coberturas na ERPI e colocação de telas isolantes**, com a **posterior instalação de sistema de Painéis fotovoltaicos**, sistema este também instalado na cobertura do Hospital Dr. Fernando Valle.



(Fotos n.ºs 26 e 27: edificado antes da instalação dos painéis fotovoltaicos)



(Fotos n.º 28 e 29: edificado depois da instalação sistema de painéis fotovoltaicos)

Outro aspeto a realçar no âmbito das intervenções realizadas em espaços existentes, foi a **instalação de sistema de Wi-fi** de maior abrangência, assim como a concretização de uma **cozinha destinada à realização dos ateliers de culinária**, que dessa forma deixaram de recorrer às instalações centrais da Instituição e passaram a ser realizados em contexto de espaço lúdico.



(Foto n.º 30: Espaço Atelier Culinária)



De realçar que este espaço foi enquadrado no projeto patrocinado pela Fundação La Caixa | BPI. Com a designação de “Casa Comvida”.



(Fotos n.ºs 31 e 32: colocação de tela isolante e remodelação espaço de arquivo técnico)

3.8 PROJETO “CASA COMVIDA (r)”

Aprovado em 2023, o projeto “Casa Comvida(r)” possibilitou ao longo de 2024 o desenvolvimento de uma série de atividades destinadas ao bem estar dos utentes, designadamente da resposta social de ERPI – Lar de Idosos, através de uma estimulação diária que passou pelo desenvolvimento de vários estilos de atelieres.

A execução deste projeto decorreu entre 02 de Novembro 2023 e 28 de Fevereiro de 2025, conforme estabelecido no Protocolo de Colaboração celebrado entre a Instituição e a Fundação “La Caixa” | BPI.

De entre os atelieres dinamizados destaque para o atelier de culinária, mas não só, também a promoção de atividades de desenvolvimento sensorial e cognitivo marcaram presença e possibilitaram, não apenas retardar a perda de faculdades, mas de igual modo, alavancaram uma maior interação social dos participantes, contribuindo para um vasto leque de ações explanadas em documento próprio.

Desta forma, o Projeto consistiu na **implementação de dois ambientes adaptados, terapêuticos e sensoriais com vista à realização de atividades de vida diária (AVDs) e atividades de vida diária instrumentais (AVDIs)**, destinados a **potenciar e capacitar a autonomia e independência** dos utentes integrados nas diversas respostas sociais e de saúde, bem como, **prevenir situações de fragilidade e de isolamento social**, minimizando ou retardando o processo de institucionalização. O objetivo principal assentou na implementação de um **modelo de intervenção inovador com vista a potenciar e preservar as capacidades cognitivas, motoras, sensoriopercetivas e sociais**.

Outra novidade introduzida por este projeto foi a realização de sessões de intervenções assistidas por animais e atelier de costura adaptada.



3.9 ATIVIDADES DIVERSAS PARA UTENTES

Atualmente a Misericórdia conta com uma equipa multidisciplinar bastante extensa e variada, aspeto que contribui, decisivamente, para a amplitude e diversidade das atividades que vem desenvolvendo para os seus utentes nas mais distintas respostas sociais, seja na componente da relação com a Segurança Social, ou seja na componente da Saúde.

Tal diversidade de recursos humanos são essenciais para a promoção de um vasto leque de ações, tendo como centro de atuação o bem-estar do utente, cujo objetivo final é o de promover a manutenção das condições de dignidade dos cidadãos apoiados.

Assim, e sem prejuízo da leitura atenta e em pormenor do relatório especificamente dirigido às atividades desenvolvidas para e com os utentes das várias respostas sociais e equipamentos, não podemos deixar de salientar algumas delas.

De entre essas temos a celebração das datas habituais do calendário, tendo-se procurado conjugar a tradição com as novas tendências. Assim, para além do Natal, da Páscoa, do Carnaval, dos Santos Populares, associámos o dia do sorriso, do obrigado, dos avós, do pijama, a realização de passeios, a participação em certames e eventos, entre tantos outros, na procura de novas formas de estimulação.

Simultaneamente, e deitando mão dos recursos existentes, as sessões de estimulação sensorial e cognitiva, com diversos ateliers, asseguraram a manutenção de índices significativos de atividade, mesmo que a participação de todos não fosse possível, quer fosse por razões de condicionantes físicas, ou por opção pessoal.

No entanto, o esforço das equipas tem produzido resultados cada vez mais interessantes, e que se refletem no aumento da média de permanência nas diferentes valências.



(Imagens Diversas: atividades de celebração datas, passeios, compras, Santos populares, culinária)



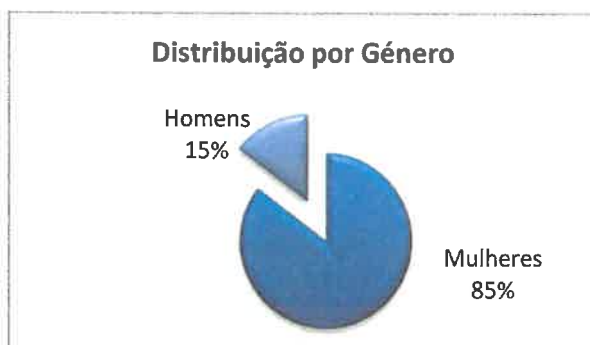
(Foto n.º 33: Atividades com Assistente Emocional - “Hammer”)

3.10 RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

O facto da Misericórdia atuar junto de pessoas, prestando-lhes os serviços indispensáveis à preservação da sua dignidade, através da satisfação de um conjunto de necessidades, representa uma significativa participação de meios humanos na concretização desse objectivo.

Tal aspeto reflete-se de forma muito significativa em toda a estrutura de custos e de operacionalidade da Instituição, mas ao mesmo tempo tem contribuído para que seja possível promover o desenvolvimento local e a respetiva coesão social, através da preservação e criação de postos de trabalho.

Nesse contexto, o ano de 2024 encerrou com um **total de 154 trabalhadores**, dos quais 131 do género feminino (85%) e 23 do género masculino (15%).



(Gráfico n.º 38: Distribuição por género)

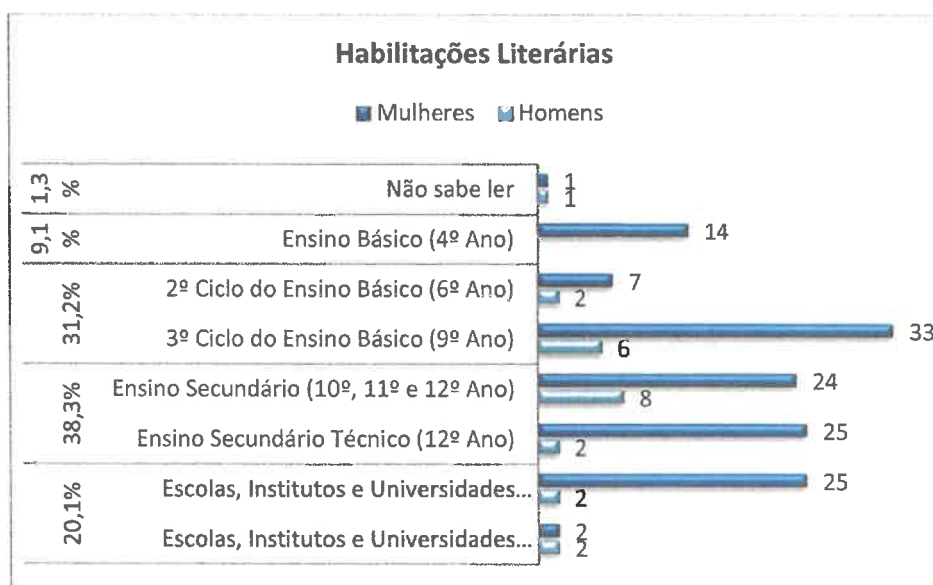
No que se refere à média de idades esta ficou, no ano de 2024, em **45,2 anos**, sendo que ao nível das habilitações literárias 38,3% possui conclusão, ou frequência, do ensino secundário (10º, 11º e 12º), sendo de realçar que 20,1% dos colaboradores apresenta formação de nível superior (licenciatura/mestrado).



Média de Idade do Quadro
45,24 Anos

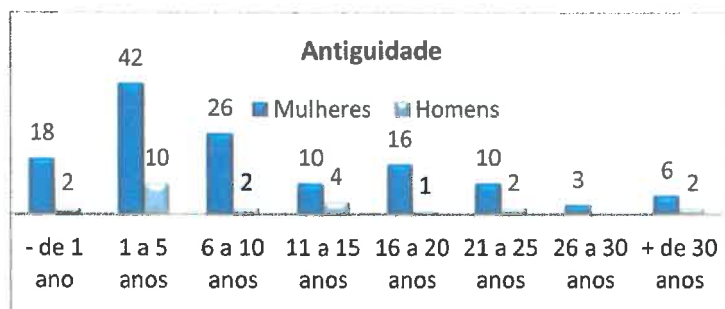


(Gráfico n.º 39: Média de idades)



(Gráfico n.º 40: Habilitações literárias)

Outro dado curioso prende-se com a estabilidade associada ao trabalho na Misericórdia, em que 57% dos colaboradores estão nos seus quadros há mais de 5 anos.

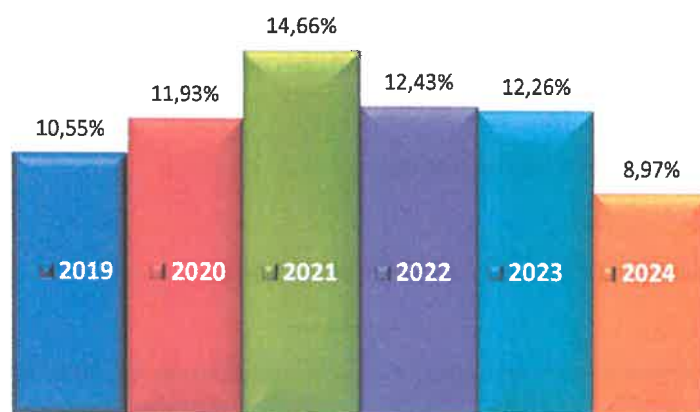


(Gráfico n.º 41: Antiguidade na Instituição)



Quanto à área de residência a primazia cabe ao concelho de Arganil, com 83,7% dos colaboradores com residência ativa neste território, sendo que a tendência em 2025 será a de aumentar, visto que estão em curso deslocalizações permanentes, o que não deixará de ser importante para a revitalização desta região.

No que se refere à **taxa de absentismo ela foi de 8,97%**, valor inferior ao do ano de 2023 e que se cifrou em 12,26%, o que, não deixando de ser positiva essa redução, teve impacto na componente de gastos salariais.



(Gráfico n.º 42: Taxa de Absentismo)

No campo da formação verificou-se a concretização de **45 ações de formação/sensibilização**, quer por iniciativa da Instituição e quer por iniciativa do colaborador, **totalizando 433 horas** despendidas para esse efeito e abrangendo 45 elementos.

3.11 AÇÕES JUDICIAIS E PROCESSOS

Foi já no início de 2024 que a Misericórdia viu reconhecida, por sentença da Relação de Coimbra, a sua razão no que à questão das rendas relativas ao espaço ocupado pela Administração Regional de Saúde do Centro dizia respeito, e isto relativo ao então processo n.º 166/20.3T8AGN.

A sentença favorável na relação de Coimbra, possibilitou a **receção dos valores em dívida desde Fevereiro de 2020, até Março de 2024**, assim como o pagamento de, custas de parte, 20% a título indemnizatório dos valores cujo pagamento omitiu à autora Santa Casa, e outros custos, totalizando 319.635,75€ (trezentos e dezanove mil, seiscentos e trinta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos), aos quais foram descontados os honorários do agente de execução (12.272,45€)



Para além da decisão em si reconhecer a razão que assistia à Instituição, permitiu ainda reconhecer o contrato existente entre ARSC e a Misericórdia em termos de ocupação de espaços no antigo Hospital Condessa das Canas.

Contudo, resolvida que foi essa ação, estão ainda em curso um conjunto de processos judiciais que a Instituição tem vindo a prosseguir, na expectativa de que veja reconhecida os seus direitos e interesses e que sepassam a descrever.

A. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

Nº Processo: Processo n.º 134/22.0BECBR (Unidade Orgânica 2).

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Espécie: Impugnação Judicial de Liquidação.

Valor da Ação: € 72 807,83.

Estado atual do processo: Concluída a fase de articulados.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação de impugnação de liquidação do ato para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);
- 2) Concluída a fase de articulados;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 4) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de pagar os referidos € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), acréscimos legais (juros) e custas do processo.

B. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

Nº Processo: Processo nº 0601202200007200 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processo Executivo de Coimbra do IGFSS].

Espécie: Execução.

Estado atual do processo: Execução Suspensa.

Notas adicionais:

- 1) Execução do ato de liquidação para pagamento de € 72.807,83 (setenta e dois mil oitocentos e sete euros e oitenta e três cêntimos), e respetivos juros de mora, a apurar à taxa legal, até ao seu integral pagamento, relativamente a liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços



que a SS qualificou como trabalhadores), impugnado judicialmente no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);

- 2) Execução suspensa, uma vez que a SCMA apresentou a garantia bancária n.º 71000545385 até ao limite global máximo de € 110.166,35, emitida pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL;
- 3) Desfecho da execução depende da decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra).

C. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 201900211682 e apensos.

Tribunal: inaplicável [Secção de Processos de Contraordenações do ISS, IP - CDC].

Espécie: Processo de Contraordenação.

Valor da Ação: inaplicável.

Estado atual do processo: Suspenso.

Notas adicionais:

- 1) Processo de contraordenação relacionado com o fundamento para a emissão do ato de liquidação oficiosa de contribuições (de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores);
- 2) Processo suspenso, uma vez que a SCMA impugnou o referido ato de liquidação no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra);
- 3) Desfecho do processo depende da decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida no âmbito do processo n.º 134/22.0BECR (UO 2 do TAF de Coimbra), sem prejuízo de no mesmo ainda não ter sido apresentada defesa administrativa e não haver decisão administrativa, mormente condenatória.

D. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 222/22.3BECBR (Unidade Orgânica 1).

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra.

Espécie: Ação Administrativa de impugnação de ato administrativo.

Valor da Ação: € 92 929,82

Estado atual do processo: Em recurso.

Notas adicionais:



- 1) A SCMA interpôs ação administrativa de impugnação do ato administrativo da Sra. Diretora do Instituto da Segurança Social, I.P. (Centro Distrital de Coimbra), datado de 2022/03/02, para restituição de € 92 929,82 (noventa e dois mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos), relativamente às respostas sociais do Centro de Dia localizado na sede (Arganil) e do Centro de Dia localizado em Secarias;
- 2) Foi proferida sentença em 1.ª instância que julgou a ação parcialmente procedente, decisão esta confirmada por Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte datado de 27/09/2024, tendo sido interposto recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, revista esta admitida por decisão preliminar datada de 30/01/2025;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal de recurso vir a julgar totalmente procedente a ação, estimando-a em cerca de 50%;
- 4) Caso o recurso seja julgado totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de restituir um valor a determinar até ao valor de € 92 929,82 (noventa e dois mil novecentos e vinte e nove euros e oitenta e dois cêntimos) – descontar a parte em que a SCMA já obteve vencimento em 1.ª instância, acréscimos legais (juros) e custas do processo.

E. SCMA COM INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA)

N.º Processo: Processo n.º 4019/24.8T8CBR

Tribunal: Juízo do Trabalho de Coimbra – Juiz 2.

Espécie: Recurso de Contraordenação (Lei n.º 107/2009).

Valor da Ação: inaplicável.

Estado atual do processo: Em recurso.

Notas adicionais:

- 1) Processo de contraordenação relacionado com a alegada prática de 4 (quatro) contraordenações, no qual a SCMA foi notificada para pagar € 7.775,00 [€7.750,00 de 4 coimas e € 25,00 de custas], que outrora tramitou sob o Processo n.º 201800122656 e apensos, na Secção de Processos de Contraordenações do ISS, IP – CDC;
- 2) A SCMA apresentou defesa administrativa, tendo a Segurança Social, por decisão datada de 2/7/2024, absolvido da prática de 2 (duas) contraordenações e condenando pela prática de 2 (duas) contraordenações, uma na coima de € 3.000,00 (três mil euros) e outra na coima de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), no total de € 5.500,00 (cinco mil e quinhentos euros) e nas custas do processo;



- 3) A SCMA impugnou judicialmente a referida decisão administrativa e o Tribunal do Trabalho de Coimbra – Juiz 2 -, por sentença datada de 23/01/2024, manteve a decisão administrativa, tendo sido interposto recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra, recurso este admitido em 1.ª instância por decisão datada de 19/02/2025;
- 4) Existe possibilidade de o tribunal de recurso vir a julgar totalmente procedente o recurso, estimando-a em cerca de 50%;
- 5) Caso o recurso seja julgado totalmente improcedente, a SCMA deverá ter de pagar a coima única no valor de € 5.500,00 (cinco mil e quinhentos euros) e as respetivas custas processuais.

F. SCMA COM CONSTRUÇÕES CASTANHEIRA & JOAQUIM, LDA.

N.º Processo: Processo n.º 226/20.0BECBR

Tribunal: Administrativo e Fiscal de Coimbra – Unidade Orgânica 2.

Espécie: Ação Administrativa.

Valor da Ação: € 35.195,63.

Estado atual do processo: A aguardar realização de julgamento.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação administrativa para condenação da Ré (Construções Castanheira & Joaquim, Lda.) a pagar-lhe a quantia de € 35.195,63 e acréscimos legais, para reparação dos defeitos decorrentes do incumprimento da empreitada de remodelação e requalificação da cozinha do ERPI e do Centro de Dia, ou, em alternativa, para condenação da ré a suprir tais defeitos no prazo de 30 dias ou noutro julgado razoável;
- 2) Julgamento agendado para os dias 13 e 14 de março de 2025;
- 3) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar totalmente procedente a ação, estimando-a em cerca de 50%;

G. SCMA COM VÂNIA SOFIA LOUREIRO PENELA

N.º Processo: Processo n.º 154/23.8T8AGN

Tribunal: Juízo de Competência Genérica de Arganil.

Espécie: Ação de Processo Comum.

Valor da Ação: € 47.017,45.

Estado atual do processo: A aguardar trânsito em julgado da sentença de 1.ª instância.

Notas adicionais:



- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação para reconhecimento do respetivo direito de propriedade e entrega de imóvel localizado na Rua de Olivença, n.º 14, Arganil, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 340, e descrito na CRP de Arganil sob o número 242, da freguesia de Arganil, bem como ao pagamento de uma indemnização de € 500,00 por cada mês de ocupação ilícita da referida casa de habitação, desde 11/05/2023 até efetiva restituição;
- 2) A ação foi julgada totalmente procedente por sentença datada de 23/02/2025, aguardando-se pelo trânsito em julgado para aquilatar sobre a necessidade de proceder à respetiva execução (seja para entrega de coisa certa, seja para pagamento de quantia certa).

H. SCMA COM HERDEIROS DE DIAMANTINA CONCEIÇÃO PEDRO

N.º Processo: Processo n.º 24/24.2T8AGN

Tribunal: Juízo de Competência Genérica de Arganil.

Espécie: Ação de Processo Comum.

Valor da Ação: € 1.400,75.

Estado atual do processo: A aguardar cumprimento de despacho judicial pelo MP.

Notas adicionais:

- 1) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação para pagamento de valores vencidos e não pagos pela ex-utente do ERPI, Diamantina da Conceição Pedro, contra a Herança Aberta Por Óbito desta e Outros;
- 2) O processo aguarda cumprimento de despacho judicial pelo MP no sentido de apurar se estão verificadas as condições legais/processuais para a suspensão da instância, por existência de causa prejudicial, ao que a SCMA se opôs por requerimento de 10/10/2024.

I. SCMA COM ARSC, IP

N.º Processo: Processo n.º 4694/20.2 T8CBR.

Tribunal: Judicial da Comarca de Coimbra (Juízo Central Cível de Coimbra – Juiz 1).

Espécie: Ação Declarativa de Condenação.

Valor da Ação: € 1.948.482,60.

Estado atual do processo: Aguarda a realização de julgamento.

Notas adicionais:

- 4) A SCMA interpôs ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, pedido, além do mais, o reconhecimento de uma propriedade, a condenação da ré a restituir-lhe uma área por ela ocupada



sem título e a condenação desta a pagar-lhe uma indemnização de € 265.680,00, pela demolição do “Pavilhão Maria Augusta”, e ainda de uma indemnização de € 5,99/m²/dia, sendo o valor de € 7.546,20/mês, desde 02/04/2022 até à data em que vier a ocorrer a restituição, bem como os respetivos juros moratórios até efetivo e integral pagamento;

- 5) Aguarda a realização de julgamento, reagendado para o dia 21/05/2025.
- 6) Existe possibilidade de o tribunal vir a julgar procedente a ação, estimando-a em 50%;
- 7) Caso a ação seja julgada totalmente improcedente, a SCMA terá apenas como encargo o pagamento de custas judiciais, incluindo as de parte.

Para concluir este item, dá-se a devida nota de que em relação aos processos indicados nas alíneas A), B), C), D) e E), foram constituídas provisões nos anos de 2021 e 2022, respetivamente no valor de 110.166,35€ (cento e dez mil, cento e sessenta e seis euros e trinta e cinco Cêntimos) e 100.704,82€ (cem mil, setecentos e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), o que originou um total de 210.871,17€ (duzentos em dez mil, oitocentos e setenta e um euros e dezassete cêntimos) que se manteve até 2023.

Em 2024, essa provisão reduziu para 208.596,17€ (duzentos e oito mil, quinhentos e noventa e seis euros e dezassete cêntimos), em virtude da absolvição de 2 contraordenações no valor de 2.275€ (dois mil, duzentos e setenta e cinco euros), no âmbito do Processo n.º 4019/24.8T8CBR.

4 | CONTAS

Depois de apresentadas as diversas atividades e ações desenvolvidas pela Instituição ao longo do ano transato, importa agora abordar a componente económica que possibilitou que a ação da Misericórdia fosse visível e concreta.

Embora não tenha sido um exercício que se possa considerar de fácil execução, podemos afirmar que foi produtivo nos resultados obtidos e que se traduziram num saldo líquido favorável.

No entanto, e antes de avançarmos para as componentes que compõem o exercício, perscrutando quer os rendimentos, quer os gastos e quer os investimentos, importa sublinhar alguns aspetos que permitirão um melhor entendimento e análise do que se segue.

Em primeiro lugar, há que ler os dados inscritos na rubrica das contas e do Anexo ao Relatório com a nota prévia de que o exercício de 2024 contempla a **alteração do enquadramento das receitas resultantes dos**



acordos de cooperação com a Segurança Social que passaram a estar refletidos na conta 72 – Prestação de Serviços, em vez da habitual classificação dessas receitas na conta 75 – Subsídios e Doações à exploração.

Tal alteração, cuja pretensão tinha já sido anunciada em documentos anteriores, vem no seguimento de orientações da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), e dos próprios Revisores Oficiais de Contas (ROC), face à natureza regular e permanente destas receitas e não de natureza pontual ou esporádica como eram classificadas no âmbito da atividade do Setor Social.

Depois, é também importante, quando são comparados os exercícios de 2024 e 2023, considerar-se o **significativo impacto da receção das verbas devidas pela ARSC** e resultantes de sentença judicial favorável à Misericórdia, reportadas ao arrendamento do espaço ocupado no antigo Hospital Condessa das Canas e pagas apenas no exercício em análise, correspondendo aos anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e parte de 2024.

De salientar ainda, a **influência da alienação de património** referente a propriedades de investimento, nos termos previamente aprovados pela Assembleia Geral, e que se veio a refletir no resultado líquido obtido.

No entanto, essa venda foi compensada com a entrada, por intermédio de uma benemérita, de **novas propriedades de investimento**, reforçando assim os ativos da Misericórdia e compensando a saída verificada.

Podemos então afirmar que o exercício de 2024 ficou marcado por estes quatro acontecimentos que, no seu conjunto, contribuíram para um resultado líquido positivo.

4.1 RENDIMENTOS

Finalizado o exercício de 2024 verificamos que a componente dos rendimentos atingiu o valor global de 3.997.730,20€ (três milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta euros e vinte centimos), traduzindo um **crescimento, face a 2023, de 14,84%**, ou seja, mais 516.706,85€ (quinhentos e dezasseis mil, setecentos e seis euros e oitenta e cinco centimos), muito suportados pelo pagamento das verbas devidas pela ARSC e resultantes do processo judicial movido pela Misericórdia.

Desta forma, o incremento da conta 78 – Outros Rendimentos e Ganhos, designadamente por força da subconta 787 – Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros revelou-se crucial.

Assim, foram pagos 319.635,75€ (trezentos e dezanove mil, seiscentos e trinta e cinco euros e setenta e cinco centimos) distribuídos por rendas (248.972,58€) na conta 787, indemnização determinada à taxa de 20% (49.778,25€) na conta 788, e juros de mora (20.884,92€).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

De igual modo, a contribuição da alienação de artigo urbano na vila de Coja, que representou uma incorporação na demonstração de resultados de cerca de 76.457€ (setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros), contribuiu para o aumento de rendimentos, refletindo-se na conta 787.

Por outro lado, o bom desempenho na resposta de ERPI no âmbito das mensalidades pagas pelos utentes, representou um crescimento de 131.934€ (cento e trinta e um mil, novecentos e trinta e quatro euros), robustecendo a conta 72 – Serviços Prestados.

Comparativamente com o orçamento previamente definido, o valor concretizado no exercício foi inferior em 7%, ou seja, menos cerca de 300.893€ (trezentos mil, oitocentos e noventa e três euros), justificados pela não entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas que tinha sido prevista.

No entanto, importa realçar que, comparando os valores globais do exercício com os do orçamento, a atividade compensou a receita preconizada para essa unidade e que tinha prevista uma receita na ordem dos 748.904€ (setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e quatro euros).

CONTAS	RENDIMENTOS	2024	2023	Variação
71	VENDAS	4 510,41	903,25	399,35%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 354 747,03	2 057 285,83	63,07%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	1 205 977,16	1 025 390,74	17,61%
	UCC	827 228,06	756 663,20	9,33%
	Fisioterapia	112 778,04	120 101,54	-6,10%
	Jornal " A comarca"	139 511,12	136 280,22	2,37%
	Outros	19 365,31	18 850,13	2,73%
	Paliativos	0,00	0,00	0,0%
	Centro da segurança Social	1 035 304,21	994 606,77	4,09%
	Outras Prestações Sociais	14 583,13	14 968,17	0,0%
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES À EXPLORAÇÃO	37 956,74	1 067 705,49	-96,45%
	Subsídios de Outras Entidades	0,00	53 828,24	-100,00%
	Doações p/exploração	37 956,74	4 302,31	782,24%
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	20 925,95	40 459,58	-48,28%
76	PROVISÕES (Reversões)	2 275,00	0,00	0,0%
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00	0,00	0,0%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	576 855,26	314 654,34	83,33%
781	Rendimentos Suplementares	10 223,18	16 087,95	-36,45%
787	Rend. e ganhos investimentos não financeiros	401 815,31	201 837,05	99,08%
788	Outros	164 816,77	96 729,34	70,39%
	Subsídios para o Investimento - Rendas	21 000,11	13 667,70	53,65%
	(...) Outros	143 816,66	83 061,64	73,14%
79	JUROS E REND. SIMILARES OBTIDOS	459,81	14,86	2994,28%
Total dos Rendimentos		3 997 730,20	3 481 023,35	14,84%

(Tabela n.º 3: Distribuição Rendimentos 2024-2023)



4.2 GASTOS

Entrando na componente dos Gastos verificamos que esta apresentou um **crescimento de 7%, comparativamente com o exercício de 2023**, o que significou um aumento de 255.985,45€ (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco euros e quarenta e cinco centimos, perfazendo o valor global 3.889.262,67€ (três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois euros e sessenta e sete centimos).

Este crescimento raditou, essencialmente, em duas componentes distribuidas pelas contas 63 – Gastos com Pessoal e 68 – Outros Gastos e Perdas.

Em relação à primeira, ou seja, Gastos com Pessoal, tivemos o **impacto da atualização do Salário Mínimo nacional (SMN)** cujo aumento, face a 2023, foi de 7,9%, passando de 760€ (setecentos e sessenta euros) para 820€ (oitocentos e vinte euros), assim como a atualização das tabelas remuneratórias alinhando com a previsão do **acordo de concertação social** que estabeleceu aumentos de 5%.

Também em 2024 ocorreu a **revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT)**, cuja aplicação incidiu no mês de Dezembro, desconhecendo-se ainda o impacto da, eventual, Portaria de Extensão.

Por outro lado, **o volume de emprego aumentou**, sendo que em 31 de Dezembro a Instituição contava com 154 trabalhadores, ou seja, mais 5 em relação a 2023, dos quais a admissão de técnicos qualificados teve preponderância, nomeadamente na área da saúde e ciências sociais e humanas.

Assim, comparando com o exercício de 2023, **os Gastos com Pessoal aumentaram 33,31%**, ou seja, mais 233.045,40€ (duzentos e trinta e três mil, quarenta e cinco euros e quarenta centimos), não devendo ser ainda ser escamoteado o facto de que a taxa de absentismo em 2024 reduziu, passando de 12,26%, anteriormente verificada, para 8,97%.

Em relação à conta 68 – Outros Gastos e Perdas, verificou-se um incremento em **resultado do pagamento de juros de mora à empresa ABA**, responsável pela empreitada do Hospital de Beneficência Condessa das Canas no montante de 46.001,40€ (quarenta e seis mil, e um euros e quarenta centimos).

Face ao orçamento elencado para o exercício em análise registou-se uma diminuição da despesa em 9,34%, correspondente a cerca de menos 400.770€ (quatrocentos mil, setecentos e setenta euros), explicada pela **não execução de despesa referente à entrada em funcionamento da nova unidade hospitalar**, designadamente na componente da despesa com recursos humanos.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

Comparando o executado na conta 63 – Gastos com Pessoal e o inicialmente previsto na estimativa orçamental, registou-se uma diminuição de cerca de 17%, ou seja, menos cerca de menos 493.000€ (quatrocentos e noventa e três mil euros).

Importa desta forma realçar, que a rubrica dos **encargos com o pessoal assumiu 62% dos custos de funcionamento** da Instituição, e tem vindo a crescer significativamente nos últimos anos, especialmente por fatores externos à Misericórdia, como é o caso da definição/atualização do SMN, mas de igual modo das crescentes exigências por parte da Tutela ao nível dos recursos humanos.

Tais decisões externas não têm contudo a correspondência adequada ao nível das participações do Parceiro Estado, o que suscita uma enorme apreensão no que toca ao futuro de todas as Instituições de Solidariedade Social e do próprio Setor Cooperativo e Social.

CONTAS	GASTOS	2024	2023	Variação
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./MATÉRIAS CONSUMIDAS	527 202,12	485 039,67	8,69%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	443 646,18	423 846,83	4,67%
	Mercadorias (Farmácia)	27 409,97	22 595,78	21,31%
	Matérias de consumo Outros	56 145,97	38 597,06	45,47%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	707 967,07	758 671,05	-6,68%
	Subcontratados	35 105,28	35 118,24	0,00%
	Serviços Especializados	215 644,38	263 784,97	-18,25%
	Materiais	35 277,45	45 583,35	-22,61%
	Energia e fluidos	208 200,59	219 815,37	-5,28%
	Deslocações, estadas e Transportes	2 121,87	3 090,76	-31,35%
	Serviços Diversos	211 617,50	191 278,36	10,63%
63	GASTOS COM PESSOAL	2 413 770,25	2 180 724,85	33,31%
632	Remunerações do Pessoal	1 960 451,30	1 760 830,29	33,34%
	Remunerações Certas	1 912 215,05	1 717 869,46	32,84%
	Remunerações Adicionais	48 236,25	42 960,83	53,16%
	Indemnizações	0,00	0,00	0,00%
635	Encargos sobre Remunerações	417 859,43	379 087,18	38,12%
636	Seguros de acidentes no trabalho	28 437,07	31 042,24	-4,58%
638	Outros Gastos com Pessoal	7 022,45	9 765,14	-39,12%
65	PERDAS POR IMPARIDADES	-246,42	3 472,58	-107,10%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	107 254,54	72 028,27	48,91%
67	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00%
64	GASTOS/REVERSÕES DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	116 649,13	113 512,35	2,76%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	16 665,98	19 828,45	-15,95%
Total dos Gastos		3 889 262,67	3 633 277,22	7,05%

(Tabela n.º 4: Distribuição de Gastos 2024-2023)



4.3 RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (RLE)

Apresentados os Rendimentos obtidos e os Gastos executados, e analisada a demonstração de resultados, que segue no Anexo melhor descrita, concluímos que o **exercício de 2024 encerrou com um resultado positivo de 108.467,53€** (cento e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos).

Assim, ponderada a componente dos Rendimentos, que totalizou 3.997.730,20€ (três milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta euros e vinte cêntimos) e a componente dos Gastos que correspondeu a 3.889.262,67€ (três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos), verificamos a obtenção de um resultado líquido positivo, e que, desde já, **se propõe que seja levado a resultados transitados.**

Atividade	
Rendimentos	3 997 730,20
Vendas	4 510,41
Prestação de serviços	3 354 747,03
Trabalho p/ própria Entidade	20 925,95
Subsídios, doações e legados à explora.	37 956,74
Provisões - reversões	2 275,00
Outros rendimentos e ganhos	576 855,26
Juros, dividendos e outros rend. Simil.	459,81
Gastos	3 889 262,67
CMVMC	527 202,12
Fornecimento e Serviço Externos	707 967,07
Gastos com pessoal	2 413 770,25
Gastos de depreciação Amortização	116 649,13
Provisões e Imparidades (perdas)	246,42
Outros Gastos e perdas	107 254,54
Gastos e perdas de financiamento	16 665,98
RLE	108 467,53

(Tabela n.º 5: Apresentação resumo RLE)

Não obstante ser de registar como bastante interessante e agradável o resultado obtido, face à conjuntura atual e às dificuldades que a Misericórdia enfrentou em 2024, a Mesa Administrativa tem pefeita consciência de que o contributo de receitas pontuais, como o pagamento de dívidas por parte de entidades públicas, e a alienação de propriedades, foram cruciais para este desfecho.

De forma honesta, transparente e pragmática, os tempos continuam a não ser risonhos e apenas com o empenho na defesa dos intereses da Instituição, em prol da comunidade e dos que nela mais dependem desta Misericórdia, será possível manter o normal funcionamento da mesma.



4.3.1 RESULTADO DO EXERCÍCIO – PASSIVO / ATIVO

Antes de encerrarmos a este ponto relativo à abordagem do RLE de 2024, importa ainda fazer uma breve referência ao Balanço, que se encontra também explando no Anexo ao presente documento, para melhor ser entendido o esforço realizado pela Instituição.

Deste modo, poderá ser verificada uma **redução do total do Passivo** que passou de 6.012.005,65€ (seis milhões, doze mil e cinco euros e sessenta e cinco cêntimos) em 2023, para 5.459.466,97€ (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e noventa e sete cêntimos) em 2024, o que significou um decréscimo de 9,19%, ou seja, menos 552.538,68€ (quinhentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e oito euros e sessenta e oito cêntimos).

A diminuição do Passivo da Instituição resultou da **redução dos financiamentos obtidos**, neste caso o comprimento dos compromissos com a Banca, e que se traduziu num decréscimo de 153.231,66€ (cento e cinquenta e três mil, duzentos e trinta e um euros e sessenta e seis cêntimos), abrangendo os financiamentos obtidos e insertos no passivo não corrente (empréstimos CCAM – Hospital de Beneficência Condessa das Canas) e os financiamentos obtidos e insertos no passivo corrente (Caixa Económica Montepio/Confirming e Factoring).

No entanto, a diminuição do Passivo resultou também do **pagamento dos montantes ainda em dívida à empresa responsável pela empreitada do Hospital**, descontados nas outras contas a pagar do Passivo Corrente, assim como os diferimentos **cuja diminuição foi suportada pelo pagamento das rendas resultantes da Sentença que condenou a ARSC a proceder ao pagamento devido**.

Importa ainda salientar que, no total do Passivo, estão incluídos 1.762.094,47€ (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, noventa e quatro euros e quarenta e sete cêntimos), correspondentes aos CPCV da “Quinta dos Bons Dias” (descontada a comissão de intermediação da imobiliária) e dos apartamentos na Amadora.

Este montante, logo que sejam celebradas as escrituras de compra e venda, **será retirado ao total do Passivo e que, em 2024, representa neste 32,3%.**

No que se refere ao Ativo, ele atingiu no exercício de 2024 um valor total de 12.747.643,82€ (doze milhões, setecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos), e apesar de ter ocorrido uma diminuição de 1,7% face ao ano anterior (12.968.405,67€), esta ocorreu no Ativo Corrente, resultante do desempenho da Instituição para conseguir pagar despesas, o que implicou a mobilização de recursos em depósitos bancários.



Contudo, importa sublinhar que no **Ativo Não Corrente registou-se um aumento de 1,87%**, correspondendo a **216.777,05€ (duzentos e dezasseis mil, setecentos e setenta e sete euros e cinco cêntimos)** e suportados nas designadas Propriedades de Investimento que, apesar das alienações ocorridas no exercício, foram largamente compensadas, o que traduz a preocupação da Mesa Administrativa para assegurar uma boa performance na relação entre Ativo / Passivo.

4.4 QUADRO/MAPA DE INVESTIMENTOS

Apesar das dificuldades presentes ao longo do ano em análise, a Misericórdia procurou manter investimentos em curso e realizar novos que, pela sua importância, tornavam-se cruciais para manter o normal funcionamento dos seus serviços.

Assim, para além da instalação dos painéis fotovoltaicos, cujo impacto e repercussões ao nível da poupança energética apenas incidirão em 2025, a preocupação existente foi a de que tal investimento não deveria representar um esforço para a Instituição em termos de despêndio de verbas, o que se concretizou por via do contrato assinado e aprovado pela Assembleia Geral.

Razão pela qual foi possível canalizar recursos para outras áreas, o que permitiu um total de investimento de **302 579,50€ (trezentos e dois mil, quinhentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos)**, suplantando dessa forma o ano de 2023.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

Por outro lado, e apesar da ocorrência de alienação de propriedades de investimento (PI) por parte da Instituição, estas foram largamente compensadas pela entrada de novas, equilibrando o ativo e potencializando fontes de receitas no futuro (rendas).

Investimento	2023	2024
Investimentos Financeiros	-2 397,15	-485,00
Propriedades de Investimento:	-17 443,34	147 176,18
Doações Edifícios	65 843,05	190 011,14
Doações Rústicas	0,00	137,69
Reavaliação		
Reforços PI - valorização	0,00	1 094,70
Alienação	-83 286,39	-44 067,35
Ativos Tangíveis	147 890,61	140 866,08
Ativos Intangíveis	0,00	4 402,97
Investimentos em curso: -Ativos Tangíveis:	136 557,65	10 619,27
45 Obra Hospital - ABA	51 875,87	
45 Arranjos exteriores	4 812,87	
45 Juros empréstimo obra	29 807,31	33 621,63
45 Estudo Projeto Remodela Lar	3 221,37	1 586,70
45 PT Geradores Hospital	38 477,73	
45 Projeto Bairro	8 362,50	19 512,50
45 Medidas Autoproteção	0,00	-44 101,56
TOTAL	264 607,77	302 579,50

(Tabela n.º 6: Descrição Investimentos)



5| CONCLUSÃO

Tem sido uma constante na vida da Misericórdia, especialmente nas últimas décadas, as enormes dificuldades que têm pautado a vida desta Instituição, muito devido ao contexto envolvente.

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, pelo peso da sua longa História e pelo respeito por todos os que no passado a serviram e se dedicaram a ela, não pode aceitar ser (des)tratada ou (des)considerada por parte de alguns agentes locais ou regionais.

Razão pela qual a persistência e a resiliência, ou teimosia, fazem parte da sua identidade e da sua génese, o que permite que nunca a Misericórdia baixe os braços na defesa daquilo que pensa ser o correto para a salvaguarda dos seus legítimos interesses e dos interesses da comunidade mais frágil que tem vindo a servir.

Perante o cenário atual, a Misericórdia pode dizer que cumpriu, genericamente, com o Plano de Atividades e Orçamento que gizou para o ano que agora está em análise, saldando-se, em todas as suas componentes, num resultado positivo, com exceção do atraso na entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, mas que a atual Mesa Administrativa voltou a candidatar a uma segunda fase do PRR, aguardando-se os resultados.

Cremos pois, que os objectivos previamente elencados de colocar os investimentos realizados, ou a realizar, ao serviço do reforço da sustentabilidade e do apoio à comunidade e manter a operacionalidade das diferentes respostas sociais/valências, assegurando a prestação de cuidados aos utentes, foram concretizados.

No entanto, agora que se encerra este exercício e este documento, não podemos deixar de sublinhar a nossa preocupação pelo desfecho ocorrido sobre a **deslocalização do Centro de Saúde de Arganil para fora do centro da Vila, acelerando o seu abandono e despovoamento.**

Entenda-se que neste particular, a posição da Misericórdia foi sempre a de que **não estava em causa a legitimidade da decisão**, pois tal foi uma opção política, **mas antes o processo que conduziu à mesma** e no que se refere, em particular, à Santa Casa e cujos efeitos irão prolongar-se no tempo.

Ou a ausência de esclarecimentos e respostas, no tempo inscrito no contrato celebrado com a Câmara Municipal relativo ao Cineteatro Alves Coelho, e que parece querer indiciar **mais uma desconsideração pelos compromissos assumidos** entre as partes e uma falta de respeito pela memória do saudoso - Prof. José Dias Coimbra.

Já para não falar da **dívida da autarquia para com a Misericórdia** e que continua a avolumar-se, sem que haja sequer uma previsão para a respetiva regularização.



Ou mesmo o desfecho da candidatura à reabilitação do Bairro da Misericórdia quando, previamente, era sabido pela autarquia de que **a habitação social não era uma prioridade para a vila de Arganil**, tendo levado a Instituição a assumir uma despesa superior a 20.000,00€ (vinte mil euros) e para quê?

Ou mesmo a questão dos apartamentos para os terrenos da Instituição sítos no Paço Grande, junto ao Pavilhão da Misericórdia, quando se **negociou com base num prazo de 25 anos e fomos confrontados com um alargamento deste para 50 anos**, já na reta final da assinatura do acordo!

Perante tudo isto, a Instituição deu continuidade à sua ação, procurando soluções, não se agarrando às desilusões de ocasião e nunca baixando os braços. Razão pela qual possa ser considerada, assim como todos os que a servem, de elementos incómodos para alguns.

Temos pena, iremos continuar o nosso caminho desenvolvendo os nossos projetos, com ou sem apoios, mas sem nunca abdicar de uma independência que é, já ela, uma vitória diária.

Servir a Misericórdia, servir esta causa que a todos nos deve mobilizar e unir, é estarmos preparados para enfrentar enormes desafios, razão pela qual nesta Instituição só podem estar, só devem estar e só merecem estar, os que a defendem acima de tudo e de todos.

Que a Senhora do Manto Largo proteja a Santa Casa, todos os que nela servem, todos os que dela dependem e, acima de tudo, todos os que amam verdadeiramente esta MISERICÓRDIA.

Bem haja a todos vós, colegas dos Órgãos Sociais e Irmãos!

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)





ANEXO
AO BALANÇO



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Balanco

Balanco em 31 de Dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2024	31 Dez 2023	Variação
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7	7.051.443,65	6.984.417,47	0,96%
Bens do patrimônio histórico e cultural	7	121.363,83	121.363,83	0,00%
Propriedades de investimento	7	4.432.549,98	4.286.698,87	3,40%
Ativos intangíveis	6	54.129,91	49.745,15	8,81%
Investimentos financeiros	8	131.795,52	132.280,52	-0,37%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		11.791.282,89	11.574.505,84	1,87%
Ativo corrente				
Inventários	9	23.822,02	46.227,46	-48,47%
Clientes	10	373.017,33	389.741,81	-4,29%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	21.017,60	13.199,23	59,23%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12	2.785,08	2.785,08	0,00%
Outras contas a receber	13	492.119,45	766.463,20	-35,79%
Diferimentos	14	18.384,98	15.800,27	16,36%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	15	25.214,47	159.682,78	-84,21%
		956.360,93	1.393.899,83	-31,39%
Total do Ativo		12.747.643,82	12.968.405,67	-1,70%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	16	1.137.883,88	1.137.883,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	17	1.669.974,03	1.669.974,03	0,00%
Resultados transitados	18	584.059,71	782.992,73	-25,41%
Excedentes de revalorização		2.971.527,60	2.971.527,60	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	19	816.264,10	546.275,65	49,42%
Resultado líquido do período	27	108.467,53	-152.253,87	171,24%
Total dos fundos patrimoniais		7.288.176,85	6.956.400,02	4,77%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	22	208.596,17	210.871,17	-1,08%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	20	1.789.288,22	1.921.688,15	-6,89%
Outras contas a pagar	21	1.762.094,47	1.362.094,47	29,37%
		3.759.978,86	3.494.653,79	7,59%
Passivo corrente				
Fornecedores		692.294,62	731.648,62	-5,38%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	87.797,20	83.598,44	5,02%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	20	328.788,66	349.620,39	-5,96%
Diferimentos	14	49.471,19	248.252,90	-80,07%
Outras contas a pagar	21	541.136,44	1.104.231,51	-50,99%
		1.699.488,11	2.517.351,86	-32,49%
Total do Passivo		5.459.466,97	6.012.005,65	-9,19%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		12.747.643,82	12.968.405,67	-1,70%

(1) - Euro

(1) - Euro



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2024	2023	
Vendas e serviços prestados	23	3.359.257,44	2.058.189,08	63,21%
Subsídios, doações e legados à exploração	23	37.956,74	1.067.705,49	-96,45%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	23	20.925,95	40.459,58	-48,28%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-527.202,12	-485.039,67	-8,69%
Fornecimentos e serviços externos	24	-707.967,07	-758.671,05	6,68%
Gastos com o pessoal	25	-2.413.770,25	-2.180.724,85	-10,69%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidades das dívidas a receber (perdas/Reversões)	21	246,42	-3.472,58	107,10%
Provisões (aumentos/reduções)	22	2.275,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	23	576.855,26	314.654,34	83,33%
Outros gastos e perdas	27	-107.254,54	-72.028,27	-48,91%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		241.322,83	-18.927,93	1.374,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-116.649,13	-113.512,35	-2,76%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		124.673,70	-132.440,28	194,14%
Juros e rendimentos similares obtidos	23	459,81	14,86	2.994,28
Juros e gastos similares suportados	20	-16.665,98	-19.828,45	15,95%
Resultados antes de impostos		108.467,53	-152.253,87	171,24%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		108.467,53	-152.253,87	171,24%

(1) - Euro



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

TSR - Contabilidade ESNL

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2024	2023	Variação
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		2.136.852,38	2.040.036,45	4,75%
Pagamentos de subsídios		168,90	24.256,00	-99,30%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-1.142.763,93	-1.212.650,76	5,76%
Pagamentos ao pessoal		-1.666.955,62	-1.467.114,04	-13,62%
Caixa gerada pelas operações		-672.698,27	-615.472,35	-9,30%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-94.687,84	-123.719,01	23,47%
Outros recebimentos/pagamentos		367.732,62	401.470,38	-8,40%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-399.653,49	-337.720,98	-18,34%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-10.183,80	-38.244,72	73,37%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		-663.008,59	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		974.424,83	292.710,55	232,90%
Ativos intangíveis		0,00	85.000,00	-100,00%
Investimentos financeiros		0,00	3,65	-100,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		420,90	0,00	0,00%
Dividendos		2,48	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		301.655,82	339.469,48	-11,14%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		363.706,01	-140.055,81	359,69%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		21,43	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-349.891,68	215.209,20	-262,58%
Juros e gastos similares		-50.306,40	-28.200,01	-78,39%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-36.470,64	46.953,38	-177,67%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-134.468,31	48.701,88	-376,10%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		159.682,78	110.980,90	43,88%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		25.214,47	159.682,78	-84,21%

(1) - Euro



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2024

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira, n.º 60
300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma entidade do setor cooperativo e social com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das “Irmandades da Misericórdia”, fls 64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº 778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia como seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um vasto leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à respetiva preparação para a inclusão social;
- d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o



trabalho, por força de doença ou acidente.

No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.



Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento (PI) são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem determinadas propriedades com autorização de alinação pela Assembleia Geral.



As PI são mensuradas ao justo valor, nomeadamente pelo valor patrimonial, que consta na respetiva cadeneta predial urbana disponibilizada pela Autoridade Tributaria e Aduaneira. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dividas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.



- **Provisões**

É uma estimativa fiável sob obrigações presentes, prováveis de conferirem um exfluxo de recursos.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável

3.3. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário,



depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, representados na Demonstração de Fluxos de Caixa.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Foi efetuada uma alteração a uma Política Contabilística e Estimativas, pela atualização da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) da FAQ 39 para o setor empresarial (setor lucrativo e não lucrativo), estando esta alteração desenvolvida na nota 23 – “rédito” deste documento, reexpressando-se os valores do período anterior para manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras.

Quanto aos Erros, aplicamos especificamente que a correção de um erro material de um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é detetado, sendo efetuada diretamente em resultados transitados.

BALANÇO

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro (€):

	Saldo Inicial (31/12/2023)	Aquisições e Outros	saldo final (31/12/2024)
Ativos Intangíveis	96.897,87	4402,97	101.300,84
Depreciações Acumuladas			
Perdas por Imparidade			
Depreciação acumulada	47.152,72	18,21	47.170,93
Ativo Intangível líquido	49.745,15	4.384,76	54.129,91

As aquisições centraram-se em investimento em software informático para a área clínica da Instituição e um Projeto de arquitetura para o ERPI.



7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (01/01/2023)	Aquisições e outros	Abates e outros	Saldo final (31/12/2024)
Terrenos e recursos naturais	14.963,93	137,69	0,00	15.101,62
Edifícios e outras Construções	3.838.785,42	191.105,84	44.067,35	3.985.823,91
Outras Propriedades de Investimentos	520.000,00			520.000,00
Bens do Património Hist. e art. e Cultural	121.363,83			121.363,83
Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais	375.021,00	14.255,29		389.276,29
Outros AFT – Edifícios e Outras Construções	3.456.400,28	32.479,69		3.488.879,97
Equipamento Básico	1.003.407,43	87.942,11		1.091.349,54
Equipamento de Transporte	385.112,79	0,00		385.112,79
Equipamento Administrativo	332.653,77	6.323,23		338.977,00
Outros activos tangíveis	67.141,15	0,00		67.141,15
Inves. em Curso- Act. Tangíveis	4.860.976,15	54.720,83	44.101,56	4.871.595,42
Ativo tangível bruto	14.975.825,75	342.863,12	44.067,35	15.274.621,52
Depreciações Acumuladas	3.584.670,65	30.800,65	53.792,76	3.669.264,06
Perdas por Imparidade				
Ativo Fixo Tangível Líquido	11.391.155,10	289.070,36	74.868,00	11.605.357,46



Divulgamos, destacando:

- Nas rubricas “Terrenos e Recursos Naturais” e “Edifícios e Outras Construções” doação de vários terrenos com valor matricial muito baixo e cinco casas de habitação que foram reconhecidas como ativos fixos tangíveis, entendendo-se que deles resultarão benefícios económicos futuros. Já nos abates sinalizamos a alienação de uma casa nas Torrozelas e um artigo urbano em Coja.

- Na rubrica “Outros AFT – Terrenos e Recursos Naturais” reconhecem-se trabalhos na Mata como Ativos Fixos Tangíveis.

- Na rubrica “Outros AFT – Edifícios e Outras Construções” destacamos obras de requalificação de no edifício afeto ao ERPI por motivo de implementação de medidas de autoproteção, também ainda neste edifício foram realizadas melhoramentos estruturais na cobertura da cozinha do ERPI para colocação dos painéis fotovoltaicos, afetos à normal atividade do Complexo Social.

- Já no “Equipamento básico” e “Administrativo” e “Outros”, entre outros destaca-se a aquisição de equipamento para a constituição de uma sala simuladora de uma casa habitacional, no que concerne à cozinha e “quintal”, com as tarefas domésticas que lhe estão inerentes, ainda equipamento informático, mobiliário administrativo e de apoio terapêutico, consequente às normais atividades sociais da SCMA.

- Os Investimentos em curso são afetados por crescente pelos juros do empréstimo do Hospital Condessa das Canas, ainda em curso, e pelo Projeto Arquitetura do Bairro da Misericórdia, na sequência da preparação da candidatura ao Programa Cofinanciado pelo PRR denominado “Primeiro Direito”, por sua vez e numa ótica de abate transferimos desta rubrica o montante relativo às medidas de autoproteção que se encontravam em fase preparatória, para implementação no edifício afeto ao ERPI e Centro de Dia, agora já em estado definitivo.

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2024 verificou-se uma variação negativa de (€485,00) derivada essencialmente à atualização do valor dos Títulos que detemos no Banco Montepio.



9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário Permanente.

A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, detalham-se conforme se segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

	Saldo Inicial	Compras	Saldo Final	Diferença (SF-SI)
Géneros Alimentares	21.691,68	428.606,24	6.651,74	-15.039,94
Outros	24.535,78	82.702,27	17.170,28	-7.365,50
Total	46.227,46	511.308,51	23.822,02	-22.405,44

	2023	2024	Evolução
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Géneros Alimentares	423.846,63	443.646,18	19.799,55
Outros	61.192,84	83.555,94	22.363,10
Total	485.039,47	527.202,12	42.162,65

10. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2024 e respetivo período homólogo a rubrica de Clientes e Outras contasa receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2023	2024	Evolução
Clientes			
Clientes Gerais	125.806,86	192.690,53	66.883,67
Utentes	101.811,83	126.992,49	25.180,66
Cobrança Duvidosa	1.520,94	1.520,94	0,00
Clientes Factoring	160.602,18	48.587,21	-112.014,97
Perdas por imparidade	0,00	3.226,16	3.226,16
Total	389.741,81	373.017,33	-16.724,48

Divulga-se que a Instituição contratualizou um mecanismo financeiro – Factoring - com vista a obtenção de liquidez na tesouraria, que consiste na aquisição de créditos de curto prazo (faturas),



resultantes de fornecimento de serviços na área da saúde.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2024 e em 2023 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:

	2023	2024	Evolução
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva Suportado p/ Reembolso	13.199,23	9.634,61	-3.564,62
Iva Reembolsos pedidos	0,00	3397,79	3.397,79
Iva liquidações Oficiosas	0,00	3312,30	3.312,30
Outros Impostos	0,00	4672,90	4.672,90
Total	13.199,23	21.017,60	7.818,37

Divulgamos a abertura e utilização de conta no Plano de Contabilidade para o valor de IVA já Pedido em sede de Reembolso, fazendo a destrição da conta IVA Suportado, cumulativa em anos anteriores dos valores, dos valores a pedir e os já pedidos à Autoridade Tributária.

Possuímos duas verbas a nosso favor a aguardar pagamento por parte do Estado, relativas a Iva e Imposto de Selo reclamados.

	2023	2024	Evolução
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	7.993,86	9.269,06	1.275,20
IVA - A Pagar	10.540,46	5.562,14	-4.978,32
Centro Regional de Seg. Social	63.955,02	71.856,90	7.901,88
FCT e FGCT	1.109,10	1.109,10	0,00
Total	83.598,44	87.797,20	4.198,76

Os valores declarados decorrem dos normais impostos mensais.

Já o FCT e FGCT face à suspensão emanada por política Governamental dos Fundos de Compensação e Garantia do Trabalho, no corrente exercício não houve qualquer alteração a esta rubrica.



12. FUNDADORES/BENEMÉRITOS/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Não se regista variância nesta rubrica, face ao período homólogo.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados montantes inerentes a projetos que estão a decorrer na Instituição, e aguarda-se pelo recebimento das respetivas verbas.

	2023	2024	Evolução
Outras Contas a Receber			
Adiantamento a fornecedores de investimento e outros	262,34	862,34	-600,00
Rendas a cobrar	248.719,70	23.059,12	-225.660,58
Município de Arganil	5.315,46	46.384,04	41.068,58
Porc- Mais Centro	6.790,20	0,00	-6.790,20
POAPMC	8.597,00	0,00	-8.597,00
IEFP Estágios Profissionais	16.686,54	16.686,54	0,00
Outros Devedores (inclui retroat UCC - SSeARS)	106.434,29	61.491,65	-44.942,64
+CO3SO	141.022,97	0,00	-141.022,97
IEFP Convert+	5.566,67	0,00	-5.566,67
PRR Mobilidade Verde	7.500,00	7.500,00	0,00
Prémio BPI	0,00	6.064,00	6.064,00
PRR - Obras Cozinha e armazém	0,00	99.986,73	99.986,73
Adiantamento utentes (farmácia)	10.369,55	8.116,32	-2.253,23
Clifiargus, Lda	201.216,20	201.216,20	0,00
Outras Devedores	20.272,81	20.272,81	0,00
Cauções e garantias	479,7	479,70	0,00
Total	766.463,20	492.119,45	-274.343,75

Nesta rubrica destacamos a evolução positiva verificada na rubrica “Rendas a Cobrar” devido ao pagamento do inquilino do Hospital Condessa das Canas - ARS Centro - dos valores de rendas em dívida desde 2020, em sequência de condenação desta em sede de Tribunal. Por sua vez, o organismo que lhe seguiu nesta competência por política governamental – Município de Arganil – mantém a prática da condenada pelas Instâncias Judiciais e, à semelhança da ARS, mensalmente cria dívida no valor da renda do imóvel acordada, a mesma ascende a 46.384,04€



a 31/12/2024.

Fecharam em Saldo Final este ano os subsídios que se encontram com valor nulo no corrente ano do exercício.

Ainda há a destacar a aprovação de dois Subsídios ao Investimento – Prémio BPI e PRR – SAD – plurianuais, que poderão resultar num fluxo financeiro positivo nos valores aqui divulgados.

14. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla gastos/Rendimentos a reconhecer que correspondem ao ano de 2024:

	2023	2024	Evolução
Diferimentos (Ativo)			
Seguros	15.800,27	18.384,98	2.584,71
Outras despesas com Custo Diferido	0,00	0,00	0,00
Total	15.800,27	18.384,98	2.584,71

	2023	2024	Evolução Passivo
Diferimentos (Passivo)			
Rendas a reconhecer *	226.411,81	47.440,27	-178.971,54
Outros rendimentos a reconhecer (Subsid. exploração e outros)	21.841,09	2.030,92	-19.810,17
Total	248.252,90	49.471,19	-198.781,71

Destaca-se nesta rubrica a evolução positiva pelo reconhecimento do rédito das rendas pagas pelo inquilino ARS Centro.

15. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

Descrição	2023	2024	Evolução
Numerário (caixa)	441,75	441,78	0,03
Depósito à ordem	104.157,85	-30.310,49	-134.468,34
Depósito a prazo	55.083,18	55.083,18	0,00
Total	159.682,78	25.214,47	-134.468,31



Destacamos a manutenção da política de depósito de numerário diariamente, deixando em caixa um valor residual de pequena expressão para pequenos gastos imprevisíveis.

Ainda, de mencionar que a rubrica Depósitos à Ordem apresenta um valor negativo por motivo de emissão de pagamentos por meio de cheques bancários que a 31/12/2024 ainda não tinham sido levantados pelos fornecedores, é um valor que decorre da atividade normal de tesouraria.

O valor inscrito em Depósito a Prazo está diretamente relacionado, numa proporção de 50%, a uma Garantia Bancária - n.º 71000545385 - que detemos junto de uma Instituição Financeira – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, em sequência do Processo Judicial n.º 0601202200007200 e Apensos com a Segurança Social, suspendendo a sua execução, por esta via.

16. FUNDOS

Esta rubrica não apresentou alteração face ao período homólogo.

Em 31 de Dezembro de 2024 os Fundos da Instituição eram compostos por € 1 137 883,88€.

17. RESERVAS

No decurso do exercício de 2024 não se registou nenhum movimento nesta rubrica.

De referir que a Instituição tem reconhecido o seu Resultado Líquido do Exercício integralmente na rubrica de Resultados Transitados.

18. RESULTADOS TRANSITADOS

Descrição	2023	2024	Evolução
Resultados Transitados	782.992,73	584.059,71	-198.933,02
RLE	795.418,37	634.513,86	-160.904,51
Regularizações	-12.425,64	-50.454,15	-38.028,51
Total	782.992,73	584.059,71	-198.933,02



Divulgam-se correções diretamente nos Fundos Patrimoniais, na conta 5612 - Resultados Transitados/Regularizações, da parte não elegível calculada em Saldo final do Programa de Financiamento +CO3SO, no valor de 38.028,51€, motivado por não execução de um dos postos de trabalho aprovados em sede de Termo de Aceitação da Candidatura. Este Programa está em estado “Encerrado”.

19. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Divulga-se o recebimento da herança de uma utente do ERPI, por seu falecimento, constituída por casas de habitação e terrenos rústicos avaliados matricialmente em 190.148,83€.

Descrição	2023	2024	Evolução
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	546.275,65	816.264,10	269.988,45
Subsídios Investimento *	414.078,07	495.202,36	81.124,29
Doações - Investimento	65.294,35	254.158,51	188.864,16
Fundação Beira Serra	66.903,23	66.903,23	0,00
Total	546.275,65	816.264,10	269.988,45

Ainda se divulga a assinatura do Termo de Aceitação do Programa de Financiamento PRR - Obras da Cozinha e Armazém do edifício afeto às Valências Sociais, nomeadamente por motivo de aumento da capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário.

	2023	2024	Evolução
OVFP - Subsídios *			
PIDDAC	747,69	623,13	-124,56
Instituto Desporto	399,13	299,41	-99,72
Ministério da Educação	1.396,55	1.196,99	-199,56
Saúde XXI	186.879,08	181.213,88	-5.665,20
IEFP- Empresas de Inserção	5.599,99	5.419,39	-180,60
CDSSC-Mases	49.271,23	49.271,23	0,00
PORC- Mais Centro	91.428,94	88.889,50	-2.539,44
ARS-Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00
Prémio BPI - Casa Com Vida	19.605,46	14.552,14	-5.053,32
PRR - Mobilidade Verde	21.250,00	16.249,96	-5.000,04
PRR - obras Cozinha e Armazém	0,00	99.986,73	99.986,73
Total	414.078,07	495.202,36	81.124,29



20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €2.118.0076,88€, repartido por:

- 1.789.288,22€ (conta Financiamento Obtido na CCAM). Empréstimo contraído em 2019 para a construção/reabilitação do Hospital Condessa Canas. Este empréstimo confere-se como de longo prazo, tendo o seu final contratualizado no ano de 2036.
- 90.196,04€ (conta Financiamento Obtido no Montepio), referente a Linha Apoio ao Sector Social Covid-19. Início da amortização no ano de 2022, com um valor cumulativo de 47.058,84€. Iniciou em 2020 e o seu término contratualizado é no ano de 2026.
- 84.963,65€ (conta Financiamento Obtido no Montepio), referente à Linha Depósito Economia Social, com a disponibilidade via Depósito a Prazo do valor indicado para utilização pela Instituição até ao limite disponibilizado. Término previsto em 2032.
- 0,00€ (conta Financiamento Obtido no Montepio), referente à Linha Impacto Social, com a disponibilidade via Depósito a Prazo do valor indicado para utilização pela Instituição até ao limite disponibilizado. Não amortizável no período em causa, iniciando em janeiro de 2025 e o seu final contratualizado é no ano de 2032.
- Linhas de Factoring e Confirming, mecanismos de financiamento de curto prazo suportados por faturas de Clientes e Fornecedores, respetivamente, de auxílio à liquidez da tesouraria.

	2023	2024	Evolução
Financiamentos Obtidos			
Caixa Agrícola - Obra	1.921.688,15	1.789.288,22	-132.399,93
Montepio - Linha Apoio Social Covid-19	137.254,88	90.196,04	-47.058,84
Montepio - E-Social	94.088,16	84.963,65	-9.124,51
Montepio - Linha Impacto Social	0,00	80.000,00	80.000,00
Confirming	6.242,80	11.211,55	4.968,75
Factoring	112.034,55	62.417,42	-49.617,13
TOTAL	2.271.308,54	2.118.076,88	-153.231,66



FINANCIAMENTOS OBTIDOS - EMPRÉSTIMOS	VI empréstimo Inicial	2023 - Si	Amortização	Juros	Total Amort/Juros	Sf (Si -Amort)
Caixa Agrícola - Obra	1.997.000,42	1.921.688,15	132.399,93	33.621,63	166.021,56	1.789.288,22
Montepio - Linha Apoio Social Covid-19	200.000,00	137.254,88	47.058,84	5.326,10	52.384,94	90.196,04
Montepio - E-Social	100.000,00	94.088,16	9.124,51	3.379,10	12.503,61	84.963,65
Montepio - Linha Impacto Social	80.000,00	0,00	0,00	1.020,30	1.020,30	80.000,00
MONTEPIO - confirming	100.000,00	11.211,55		3.805,33		11.211,55
MONTEPIO - factoring	120.000,00	62.417,42				62.417,42
TOTAL	2.597.000,42	2.226.660,16	188.583,28	45.899,91	231.930,41	2.118.076,88

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

Sendo, que os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos que se qualificam (necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso) são capitalizados como parte do custo desses ativos.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Divulgamos o pagamento integral do fornecedor de investimento, em concreto o empreiteiro da obra do Hospital Condessa das Canas, de um valor materialmente relevante resultando numa diminuição do passivo da rubrica “Fornecedores de Investimento” em 589.166,09€, a contrabalançar esta diminuição divulga-se a execução do investimento de colocação de equipamentos no âmbito das Medidas de Proteção que nos encontramos a liquidar.

Também destacamos os valores inscritos na rubrica “Credores Diversos – Adquirentes de Ativos”, valor este já recebido a título de “Sinal” dos imóveis da Quinta dos Bons dias e dos Apartamentos da Amadora, representando aquilo que na gíria contabilística se apelida de um “Falso Passivo” que será contrabalanço às datas das respetivas Escrituras Públicas, por contrapartida da transferência da propriedade dos referidos imóveis do Ativo.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2024

	2023	2024	Evolução
Outras Contas a pagar			
Passivo não corrente			
Credores Diversos – Adquirentes de Ativos: Sinal Quinta dos Bons Dias e Apartamentos da Amadora	1.362.094,47	1.762.094,47	400.000,00
Total	1.362.094,47	1.762.094,47	400.000,00
Passivo corrente			
Remunerações a pagar e afins	4.215,36		-4.215,36
Fornecedores de Investimentos*	676.646,16	87.480,07	-589.166,09
Credores por acréscimos de Gastos**	345.351,22	380.822,41	35.471,19
Credores por subscrições não liberadas	0		0,00
Credores Diversos	64.251,02	55.593,63	-8.657,39
Perdas por imparidade acumuladas	13.767,75	17.240,33	3.472,58
Total	1.104.231,51	541.136,44	-563.095,07

A rubrica Perdas por imparidade diz respeito a dívidas de inquilinos (rendas de casas de habitação):

PERDAS POR IMPARIDADE / REVERSÕES	31-12-2023	31-12-2024
Saldo Inicial	13.767,75	13.767,75
Aumento do ano	0,00	3.472,58
Reversão do ano	0,00	246,42
Saldo final	13.767,75	16.993,91

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES:

22.1. PROVISÃO

Constitui uma obrigação presente legal como resultado de um acontecimento passado, o reconhecimento de uma provisão com base em valor divulgado em citação de um organismo público sendo provável que um exfluxo de recursos que incorporam contributos para o



desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade será necessário para liquidar as obrigações.

Face ao período homólogo, registou-se uma absolvição numa das partes de um dos Processos com a Segurança Social - Processo n.º 4019/24.8T8CBR, tendo tramitado do Processo n.º 201800122656, no valor de 2.275,00€, pelo que resultou numa reversão da Provisão feita no ano de 2022, isto é, uma reversão no custo.

Para os restantes Processos judiciais não se conferem desenvolvimentos interpostos pela Segurança Social relativos às situações dos Prestadores de Serviços, Centro de Dia e Trabalhadores da Misericórdia pelo que se considera que continuam reunidas as condições para mantermos a título de Provisão o valor de 208.596,17€, sendo que a representação deste custo no ano de 2024 é nula, pois nestas partes não houve qualquer alteração ao já registado em anos anteriores.

De destacar ainda, que mantemos a Garantia Bancária n.º 71000545385 até ao limite global máximo de 110.166,35€, emitida pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, que mantém suspensão a execução do Processo n.º 0601202200007200 e Apensos., a aguardar decisão final com trânsito em julgado que vier a ser proferida.

Provisões	Saldo Inicial	Diminuição (Utilização)	Aumento	Reversão	Saldo Final
Processos judiciais em curso	210.871,17			2.275,00	208.596,17
Total	210.871,17	0,00	0,00	2.275,00	208.596,17

	2021	2022
Provisões / Ano Constituição	110.166,35	100.704,82
Total	210.871,17	



22.2 PASSIVO CONTINGENTE

Considera ainda a SCMA continuar a divulgar um Passivo Contingente pela obrigação possível à data do balanço de aplicação de sanções monetárias em sequência de ações de fiscalização pela Segurança Social (SS), recaindo sobre acontecimentos passados relacionados com processos de prestadores de serviços que a SS qualificou como trabalhadores, no valor estimado mas não fiável de 2.525,00€. Não concordando a Instituição com o descrito em notificações de resultados da fiscalização, procedeu esta às devidas reclamações, estando este processo em suspenso. Não reconhece por isso a SCMA passivo para este acontecimento. O estado atual do Processo é “Suspenso”.

22.3 ATIVO CONTINGENTE

Havendo um influxo de benefícios económicos prováveis decorrentes da interposição de uma ação declarativa de condenação contra a ARSC, IP, por ocupação de propriedade da SCMA em área excedente à autorizada, estando esta a aguardar decisão judicial, divulga-se o valor da Ação de 1.948.482,60€.

Ainda se divulga o valor de 35.195,63€ decorrente de uma Ação Declarativa de Condenação por Incumprimento de Empreitada de Remodelação e Requalificação da Cozinha do Complexo Social, contra Construções Castanheira & Joaquim, Lda.

Assim como a interposição de uma ação declarativa de condenação contra Vânia Sofia Loureiro Penela, para reconhecimento do respetivo direito de propriedade e entrega de imóvel localizado na Rua de Olivença n.º 14, Arganil, bem como o pagamento de uma indemnização de 500,00€ por cada mês de ocupação ilícita da referida casa de habitação, desde 11/05/2023 até efetiva restituição.

Inscrevem-se ainda no ativo contingente o valor de 20% a título indemnizatório, resultante da sentença transitada em julgado no âmbito do processo n.º 166/20.3T8AGN, contra a ARSC, e com efeitos subsequentes junto da Câmara Municipal de Arganil.

Os quatro Processos não apresentam valores fiáveis para efeitos de ser constituído Ativo da Instituição.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

23. RÉDITO

O rédito reconhecido pela entidade em 2024 é detalhado conforme se segue:

	2023	2024
VENDAS	903,25	4510,41
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2.057.285,83	3.354.747,03
Matrículas e Mensalidades de Utentes	1.025.390,74	1.205.977,16
UCC - Contratos RNCCI	756.663,20	827.228,06
Fisioterapia	120.101,54	112.778,04
Jornal "A Comarca de Arganil"*	136.280,22	139.511,12
Outros	18.850,13	19.365,31
Instituto da Segurança Social - Acordos Típicos	n.a	997.396,21
Instituto da Segurança Social - Outras Prestações Sociais	n.a	37.908,00
Outras Prestações Sociais	n.a	14.583,13
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	40.459,58	20.925,95
SUBSÍDIOS E DOAÇÕES À EXPLORAÇÃO	1.067.705,49	37.956,74
Centro Distrital da segurança Social	994.606,77	n.a
Subsídios à Exploração de Outras Entidades	68.796,41	0,00
Doações e Heranças / legados	4.302,31	37.956,74
PROVISÕES - REVERSÕES	0,00	2.275,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	314.654,34	576.855,26
Rendimentos Suplementares	16.087,95	10.223,18
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	201.837,05	401.815,31
Outros	96.729,34	164.816,77
Subsídio para o Investimento	13.667,70	21.000,11
(...) Outros	83.061,64	143.816,66
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	14,86	459,81
Total	3.481.023,35	3.997.730,20

Divulga-se uma alteração da política de contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as Instituições e o Estado.

Assim, e de acordo com a atualização de 6 de setembro de 2024, da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), nomeadamente, da FAQ 39 para o setor empresarial (setor lucrativo e não



lucrativo), a resposta à FAQ 39 passa a ter a seguinte redação:

“a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem do valor correspondente a esta prestação de serviços, informação a ter em conta, designadamente para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, que regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, bem como do n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).

(Atualizada pelo CNCE em 06 de setembro de 2024)”

FONTE: https://www.cnc.min-financas.pt/faqs_empresarial.html

Desta feita, os valores do presente exercício não são diretamente comparáveis com os do período homólogo, havendo por isso uma ruptura na comparabilidade, afetando a percepção (comparável) das demonstrações financeiras. Assim, para minimizar o impacto visual e o quantitativo da alteração, utilizámos um destaque a cor nas rubricas que devem ser comparáveis, evidenciando a reexpressão dos valores do período anterior para assegurar a melhor comparabilidade.

No exercício de 2024 não foram reconhecidos Subsídios à exploração da Instituição (conta 75), no entanto foram registados a título de Doações à Exploração o valor de 37.956,74€ de carácter gratuito e sem contrapartidas.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.



A SCMA considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Em 2024 foi imputado ao rendimento do período o montante de 21.000,11€.

Divulga-se que a rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos”, na sua componente “Outros” detém um valor de rendimento extraordinário derivado da Sentença em Julgado do Processo contra a ARS Centro (Rendas Hospital) no montante de 70.663,17€ entre indemnização e juros de mora. Estes juros não tendo uma origem financeira, assumem-se como uma forma de outros rendimentos.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é detalhada conforme se segue:

	2023	2024
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados*	35.118,24	35.105,28
Serviços Especializados	263.784,97	215.644,37
Materiais	45.583,35	35.277,44
Energia e fluidos	219.815,37	208.200,58
Deslocações, estadas e Transportes	3.090,76	2.121,87
Serviços Diversos	191.278,36	211.617,48
Total	758.671,05	707.967,02

25. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal é detalhada conformese segue:

	2023	2024
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.760.830,29	1.960.451,30
Encargos sobre Remunerações	379.087,18	417.859,43
Seguros de acidentes no trabalho	31.042,24	28.437,07
Outros Gastos com Pessoal	9.765,14	7.022,45
Total	2.180.724,85	2.413.770,25

Esta rubrica reflete o aumento do Salário Mínimo Nacional decretado para o ano de 2024.



26. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÃO DO EXERCÍCIO

	2023	2024
Depreciação e amortizações exercício		
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	113.512,35	114.582,97
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	0	2.066,16
Total	113.512,35	116.649,13

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

Releva-se a existência de uma verba extraordinária no valor de 46.001,40€, de entre um total de 107.254,54€ divulgados, por motivo de reconhecimento do gasto em juros de mora perante o empreiteiro da obra do hospital. Sendo que estes juros não possuem origem financeira, assumem-se como uma forma de outros gastos.

28. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Divulga-se o desempenho da Instituição no ano de 2024 e do respectivo período homólogo, conforme se segue:

	2023	2024
RLE - Resultado Líquido do Exercício	-152.253,87	108.467,53

29. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não houve quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem ao nível das divulgações adicionais.



30. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) À data de 31 de Dezembro de 2024 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- b) À data de 31 de Dezembro de 2024 a Instituição tinha ao serviço 154 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.

Conforme relatório de Gestão.

Mesa Administrativa (Arganil, 12/03/2025)	Conselho Fiscal (Arganil, 13/03/2025)	Assembleia Geral (Arganil, 31/03/2025)
Provedor	Presidente	Presidente
Vice - Provedor	Contabilista certificado (C.C. n.º 55358)	
Tesoureiro		

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

TLF 235 200 490 / FAX 235 200 499 • geral@scmarganil.pt

www.scmarganil.pt • www.facebook.com/misericordiadearganil